

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,
REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE---

----- **ATA NÚMERO NOVE** -----

----- (Mandato 2013-2017) -----

---- Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e quinze, reuniu, no Auditório Camões, sito na Rua Almirante Barroso, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Vitor Manuel da Cruz Carvalho e, na ausência do Segundo Secretário, pelo membro Paulo Miguel Cabeçadas Ataíde Ferreira Coutinho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---- Ponto 1 – Intervenção do público; -----

---- Ponto 2 – Período de Antes Da Ordem do Dia; -----

---- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata nº 8 da sessão anterior; -----

---- Ponto 4 - Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº2 do art.º 9º, da Lei nº 75/2013; -----

---- Ponto 5 – Análise, discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental de 2015; -----

---- Ponto 6 – Análise, discussão e votação da Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; -----

---- Ponto 7 – Análise, discussão e votação de Abate de Património; -----

---- Ponto 8 – Análise, discussão e votação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; -----

---- Ponto 9 – Apreciação do Relatório da Auditoria das Contas de Gerência de 2010 a 2012 da extinta Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios; -----

---- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

---- **Do Partido Socialista (PS):** – Pedro Manuel Dias Louro, Maria Alexandra Rebelo Amaro Neuphart, Carlos Henrique Pinto Caixinha de Marques dos Santos, Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, Maria Adélia Pinto Caixinha, Paulo Miguel Cabeçadas Ataíde Ferreira Coutinho e Joaquim Ramos Costa -----

---- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Nuno Miguel Valentim de Sousa Vitoriano, Nuno Miguel Pereira da Cruz, Miguel Alexandre Ayres de Mendonça Cardoso Matias, João Francisco Borges da Costa e João Pedro Guerreiro da Luz. -----

---- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte. -----

---- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP):** - Vitor Manuel Rosa Pinheiro. -----

---- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias. -----

---- **Do Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN)** – Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes. -----

---- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

---- João Mário Amaral Mourato Grave, que justificou a sua ausência e foi substituído por Nuno Cruz; -----

---- Maria Manuel Barroso Baía Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Miguel Matias; -----

---- Damião Martins de Castro, que justificou a sua ausência e foi substituído por João Costa; -----

---- Maria João Castanheira Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por João Luz; -----

----- Joana Linda Domingos de Castro Correia, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Adélia Caixinha;-----

----- Júlio Prata da Purificação Sequeira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Vitor Pinheiro;-----

----- Ana Luisa Martins Pereira Mirra, que justificou a sua ausência e foi substituída por João Duarte;-----

----- Ana Luisa Cerveira de Mira Feio, que justificou a sua ausência e foi substituída por Paulo Coutinho;-----

----- Às vinte horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, **A Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Ponto 1 – Intervenção do Público:** -----

----- **Freguês José Armando da Silva** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu sou residente na Freguesia de Arroios já há muitos anos, embora recentemente tivesse mudado de morada. -----

--- É um problema que eu por acaso usufruo mas que está para o bem da comunidade, que é o circuito de manutenção da Pena. Eu acho que se poderia tentar dinamizar aquele percurso. Infelizmente em Lisboa conheço alguns e tenho verificado que há uma degradação progressiva de todos eles e que aquilo que se tem feito na parte do percurso, sinalização, os obstáculos que estavam lá, recentemente começou-se a substituir por aparelhos e abandonou-se aquilo que já existia antes.-----

----- Eu entendo que o antigo circuito da Pena, como ele é conhecido, é um sítio fantástico e que podia ser dinamizado porque ao fim-de-semana, sábados e domingos, ali não há tanto movimento e eu acho que se poderia fazer qualquer coisa. -----

----- Eu só estou aqui por uma razão muito simples, porque já contactei a Junta de Freguesia e recebi de imediato uma resposta da Senhora Presidente, no dia seguinte. Fiquei muito contente, disse que ia mandar os funcionários para resolver o assunto. O que acontece é que há cerca de um mês, portanto passaram três meses entre o primeiro mail e o segundo, no segundo já nem recebi resposta. -----

----- O que acontece é que o circuito está cada vez mais degradado. Ou seja, o sítio onde se inicia o percurso já nem tem início e eu acho que não custava nada pintar as árvores, que é aquilo que se faz, a vermelho e a verde, e depois com um pouco de propaganda se calhar tínhamos mais gente a participar.-----

----- Portanto, como não tive resposta a esse último e-mail, eu tinha a intenção de mandar um novo e-mail mas tive a oportunidade de vir aqui e resolvi falar olhos nos olhos, porque acho que isso é que é importante. -----

----- Depois há um outro assunto que eu também gostaria de falar, de carácter geral. Nós temos ali na Rua José Estevão uma coisa fantástica, que é um conjunto de árvores, cerejeiras, que na Primavera fica fantástica e depois quando chega o outono também, aquela rua fica lindíssima. Agora, se nós passarmos por lá, o que é que está a acontecer? Por um lado as árvores estão carregadas, agora já na parte mais alta, e os ramos estão-se a partir porque as pessoas querem apanhar.-----

----- Outra coisa, algumas cerejas estão a cair no chão e pode ser um problema para pessoas que têm mobilidade reduzida, podem escorregar e cair. -----

----- Qual seria a minha sugestão? A minha sugestão é em dois pontos. Por um lado eu acho que se apanhassem aquelas cerejas e fossem doadas a pessoas, se calhar seria mais útil do que estarem ali a apodrecer e a sujar o ambiente. Não sei até que ponto é que isso pode ser feito.-----

----- Em segundo lugar, já num ponto de vista a longo prazo, não sei até que ponto é que não seria possível, dado que as cerejas podem ser utilizadas como manifestação cultural, em que a Junta de Freguesia tem procurado fazer bastantes eventos, muitas vezes

tipificados em países. A cereja é algo que envolve vários países pela sua cultura, não sei se não se poderia fazer eventos, com alguns apoios até eventualmente de embaixadas e que juntássemos várias comunidades ao mesmo tempo para falar desse assunto. Podia-se fazer até uma coisa de fotografia, teatro, aproveitando a peça do Tchekhov, uns dizem que é cerejal outros dizem que é ginjal, mas de qualquer modo isso poderia ser. -----

----- Portanto, fica aqui a minha sugestão. Além da limpeza, poderia ter utilidade e pensar-se em termos de um possível evento.-----

----- Boa noite e obrigado.”-----

----- **Freguês Paulo Oliveira** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu poderia dizer que é um alerta mas não é bem um alerta, é saber da possibilidade que a Junta de Freguesia tem junto à Câmara e estou a referir-me aos arruamentos, não é aos passeios. -----

----- A Câmara Municipal tem um mail que eu penso que é de apoio ao município, mas funciona tão mal que aquilo que eu mando para lá, eu digo que há um buraco e depois respondem-me a dizer que o que eu reclamei é de uma sinalização e eu tenho que repetir. -----

----- Há mais de três anos que estas ruas, Arco do Cego, da Duque de Ávila, já na parte que pertence à Junta de Freguesia de Arroios, tem um buracão e mesmo naquela zona que eu não sei se é zona de ninguém, fica entre a nossa Freguesia e a outra Freguesia, aquilo está num estado calamitoso. A Rua dos Açores com buracos, a Praia da Vitória que eu já fiz duas queixas, eu digo que é o pavimento, eles tapam um buraco e dizem que está. -----

----- O princípio da Calçada de Arroios, que ainda é aquela pedra de calçada, impossível. Andrade Corvo e Francisco Sanches são algumas daquelas que precisam mesmo não de uma intervenção tipo como fizeram no Arco do Cego quando eu escrevi, tipo irem tapar os buracinhos e os carros que depois façam o assentamento do alcatrão, mas de uma intervenção mesmo a sério, até porque não se compreende. Há ruas que estão com tapetes novos e nas laterais não tenham a consideração de as arranjamem. -----

----- Eu sei que irá haver uma reunião descentralizada da Câmara com Arroios, as horas não me dão para eu vir pôr este problema no dia 8 e, portanto, alerto a Junta de Freguesia se poderia, conjuntamente que eu vou continuando a fazer a minha reclamação à Câmara como município, mas penso que têm mais força para fazer algo.--

----- A minha segunda questão já foi aqui debatida várias vezes com o Executivo, que é o Largo do Leão. A Senhora Presidente em dezembro mostrou-nos a planta, eu não sei se aquilo pertence à Junta ou à Câmara e agora vinha-lhe perguntar se tem uma ideia concreta, já que estão a remodelar os jardins e penso que aquilo não é considerado jardim, mas se estão na remodelação dos jardins, se têm uma data concreta prevista da efetivação do plano de requalificação da zona.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** lembrou a todos os fregueses que iria acontecer uma reunião descentralizada na Freguesia de Arroios, que seria no dia 8 de julho pelas 18.30 no Lisboa Ginásio Clube. Quem estivesse interessado em ouvir ou participar nessa reunião podia lá ir. Quem quisesse intervir teria que fazer a inscrição previamente. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** começou por agradecer as perguntas, dizendo que tinha respostas para elas, até porque o Senhor tivera o cuidado de informar daquilo que queria que explicassem, o que era importante saber para falar com a equipa técnica. ----

----- Em relação aos aparelhos do circuito de manutenção da Pena, estavam todos retificados. Se passassem nos últimos dias pelo jardim Campo Mártires da Pátria, ele estava todo em obras, tanto na parte norte como na parte sul.-----

----- Na parte norte estava a Junta de Freguesia a meter todo o sistema de rega à volta e o polidesportivo estava também em obras. Era a Junta de Freguesia que estava a fazer, porque a madeira estava completamente apodrecida e por isso tinham começado na segunda-feira com obras nessa zona.-----

----- Em relação à outra zona toda, a zona dos lagos estava completamente fechada em obras. Já tinham começado em obras também nessa semana, era uma obra camarária e estava-se à espera, assim que essa requalificação estivesse feita, para colocar os postes a marcar outra vez o circuito. Eles tinham sido vandalizados pelas pessoas e esperava-se que a obra terminasse em setembro e que todo o jardim fosse recuperado. -----

----- Estava-se a pôr o sistema de rega gota a gota na parte em que não havia. Tinham entregue essa área à Junta sem o sistema de rega no jardim. Também se estavam a meter árvores novas, tendo-se tirado árvores que estavam podres. Ao mesmo tempo que acabasse a obra dos lagos estaria pronta também a rede de rega. -----

----- Em relação às cerejas, estavam lindíssimas mas o que a tinham informado era de que não se podiam comer. Não era pessoa que soubesse dessa área, tinha perguntado aos jardineiros que até tinham chegado da Câmara e o que informaram era que normalmente quem comia eram os pássaros e que não eram previsíveis de se comer. Essa era a informação que tinha.-----

----- Sobre o fazer uma festa da cereja, achava isso lindíssimo, era uma excelente ideia que agradecia e que se podia fazer. Quando elas estavam mais bonitas, fotografar e fazer uma festa na rua. Nas ruas onde se retiraram tinham metido novas e estavam a pôr até noutros sítios. -----

----- A Junta não podia meter árvore nenhuma nova sem ter autorização da Câmara. Havia uma certa confusão no espaço público e por isso tinha que se perguntar à Câmara qual era o tipo de árvore que se podia pôr. Não era decisão da Junta de Freguesia, era uma decisão camarária.-----

----- Agradecia a ideia mas a informação que tinha dos técnicos era de não serem comestíveis. Podiam ser doces, mas não eram comestíveis. -----

----- Em relação ao Senhor Paulo Oliveira, tinha pouco tempo antes feito uma visita guiada por várias ruas com o Vice-Presidente da Câmara e a informação que tinha era de que iria haver um grande investimento da Câmara ainda durante o ano nos arruamentos da Cidade de Lisboa. Não era só na Freguesia de Arroios, era em toda a Cidade de Lisboa. As ruas de Arroios estavam contabilizadas para isso mas não podia dizer uma a uma quais eram. -----

----- Quanto ao Largo do Leão, tinha pena que não tivesse estado na reunião na escola do Largo do Leão. A Câmara Municipal tinha avisado toda a gente para uma reunião em maio com os moradores do Largo do Leão, para apresentação do projeto definitivo, em que as pessoas deram sugestões e o projeto, que era da Câmara, estava em fase de acabamento. Não podia dizer quando a obra começaria, porque esses projetos tinham que ter ligação com a rede de águas, de eletricidade, etc. Fazia parte do plano “Uma Praça em Cada Bairro” da Câmara e estava na lista das praças prioritárias, tanto pelo Vereador Manuel Salgado, quer pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Tinha havido essa reunião, o aviso fora feito pela Câmara mas a Junta tivera o cuidado de colocar nos mupis, nos mercados e nas portas dos prédios mais à volta da Escola Leão de Arroios, tendo aparecido imensos moradores.-----

----- **Freguês Frederico Guerreiro** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa noite a todos os presentes e também boa noite para todos aqueles que mais uma vez decidiram não vir à sua Assembleia de Freguesia. -----

----- Senhora Presidente desta Assembleia, Senhora Anabela Valente, começo a minha intervenção pela sua pessoa, para lhe agradecer a sua magnífica intervenção na solução

daquele problema que já se arrastava há muito tempo, da falha de fichas de inscrição para o público. A situação foi normalizada através da sua pessoa e todas as secções da Junta de Freguesia de Arroios tiveram disponíveis a toda a população as respetivas fichas, com uma nota interna de informação a todos os funcionários da autarquia. O problema foi resolvido bem e espero que continue assim, para que todos os eleitores da Freguesia que queiram de forma livre participar nas respetivas Assembleias possam ter acesso à sua inscrição nas respetivas fichas. -----

----- Para concluir tenho mais uma questão a apresentar à Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia. Ao longo dos vários anos ninguém mais tinha falado na nova bandeira da Junta de Freguesia de Arroios e, se fosse possível, gostava que a Senhora informasse esta Assembleia e todos os presentes, começando pelas várias bancadas da oposição, de como é que está a situação da nova bandeira da Freguesia de Arroios. -----

----- Vamos ter bandeira ou não vamos ter bandeira? Estamos em 2015 e a nova bandeira é muito importante. -----

----- Desejo também que informe esta Assembleia da razão deste horário ter sido alterado a nível do Regimento. As Assembleias antigamente começavam às 21 horas e pela alteração do Regimento passou para as 20 horas. As pessoas saem dos seus empregos, vão a casa, é mesmo em cima do acontecimento. -----

----- Como eleitor desta Freguesia peço imensa desculpa a todos os presentes pelos meus 30 minutos de atraso, começando pela Senhora Presidente, precisamente porque às 20 horas é mesmo em cima do horário pós-laboral, em que os fregueses saem dos seus locais de trabalho e ainda têm que ir a casa. Depois é todo um esforço de correria para não faltar porque a Assembleia é muito importante, como as reuniões públicas de Executivo. É a única forma dos fregueses poderem expressar os seus assuntos e os seus problemas. -----

----- Terminando na pessoa da Senhora Presidente Anabela Valente, passo para a Presidente do Executivo, Senhora Margarida Martins. Como freguês desta Freguesia, começo também por felicitá-la pela boa organização dos últimos festejos do Dia da Criança em Arroios, que aconteceram em vários pontos e bem, em que passadas estas semanas todas as crianças ainda falam desses festejos. Faço votos para que nos próximos anos continue a boa organização dos mesmos festejos do Dia da Criança. -----

----- Para terminar tenho mais uma questão a apresentar à Senhora Presidente Margarida Martins. Eu, como eleitor desta Freguesia, coloquei por escrito vários assuntos e até á data desta Assembleia não recebi resposta nenhuma, nem por telefone, nem por carta. Gostava que a Senhora Presidente Margarida Martins informasse esta Assembleia de como está a situação do placard com o respetivo horário de funcionamento do único balneário da Freguesia de Arroios. -----

----- A nossa Freguesia não tem uma rede de balneários, só tem um balneário, que era antigamente o balneário da extinta Junta de Freguesia da Pena e que fica concretamente no Largo do Mastro. Continua sem horário de funcionamento afixado na fachada de entrada e isso é muito importante para que toda a população possa saber os dias de funcionamento e respetivos horários, para poderem fazer a sua higiene tão importante. -----

----- Gostava que a Senhora informasse esta Assembleia se vai haver horário ou não. ---

----- Em relação à sinalética vertical da biblioteca municipal, se nós queremos Arroios com melhor informação, gostava de saber da Senhora Presidente Margarida Martins, depois de lhe ter feito uma exposição por escrito, se já há uma data prevista ou não para a substituição da antiga sinalética vertical da biblioteca municipal, que já não é uma biblioteca municipal, porque ao abrigo das novas competências pela reforma administrativa a Biblioteca de São Lázaro já não está sob a competência da Câmara Municipal, mas sim da Junta de Freguesia de Arroios. -----

----- Continua a lá estar a sinalética vertical, como todos podem confirmar. É bom que haja uma atualização da informação, não só para os fregueses, como para todos aqueles que nos visitam e que utilizam a Biblioteca de São Lázaro. É bom que a sinalética municipal passe a ter a nova informação, “Junta de Freguesia de Arroios – Biblioteca de São Lázaro” e não biblioteca municipal. -----

----- Em relação à questão da falha na rede de proteção do recinto de futebol de cinco e sete que está situado no Campo Mártires da Pátria, que começaram hoje as obras, eu gostava que a Senhora Presidente Margarida Martins informasse se dentro dessa intervenção há possibilidade ou não do seu Executivo mandar instalar uma rede de proteção para que as bolas não continuem a saltar para a faixa de rodagem, para a estrada, em que os jovens se preocupam só em ir a correr atrás da bola. Eu já vi situações de risco iminente de jovens ficarem no meio das duas faixas de rodagem, porque vão a correr atrás da bola. Era bom que aquele recinto levasse a dita rede de proteção na sua cobertura, para que as bolas não continuem a saltar para o lado exterior.

----- Aliás, como existe nas instalações da Freguesia no Mercado Forno do Tijolo, em que está lá precisamente uma rede na cobertura, colocada pelo anterior Executivo da extinta Junta de Freguesia de Anjos. O problema não existe, porque as bolas batem na rede e não saltam para o lado exterior. -----

----- Não sei se é possível no Orçamento ou não. Sei que vai ser colocada uma nova vedação à volta em betão, porque a existente era em contraplacado e mal, estava sempre a ser danificada com os chutos das bolas. -----

----- A minha pergunta é se é possível a rede ou não. Terminei. Boa noite a todos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu, quanto ao brasão da Freguesia, que o modelo já estava escolhido pela comissão que ficara encarregue de o fazer, com elementos de todas as forças políticas representadas na Assembleia. Eram processos muito demorados, que obedeciam a regras de heráldica. Havia muitas Freguesias novas criadas no País e era um processo que demorava sempre bastante tempo. -----

----- Já tinha havido um contacto prévio com a Comissão de Heráldica, o brasão escolhido estava conforme as regras da heráldica e aguardava-se que o processo estivesse concluído. Em devido tempo todos os fregueses seriam informados. -----

----- Em relação às horas da Assembleia e aos procedimentos administrativos, esperava que qualquer freguês ou trabalhador em Arroios que quisesse falar na Assembleia tivesse sempre oportunidade de o fazer, fosse inscrevendo nos polos ou indo à Assembleia e inscrevendo na altura. A Assembleia era tolerante até para aceitar alguns pequenos atrasos. -----

----- A hora de marcação da Assembleia era uma decisão da Mesa e decidia-se conforme os trabalhos que havia para fazer. O trabalho de três Freguesias numa só era muito, o que levava a que a ordem do dia fosse mais extensa. Era marcada mais cedo para não acabar muito tarde. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que o campo desportivo estava em obras e, quando acabassem as obras, aí o Senhor Frederico poderia falar. As obras tinham começado apenas dois dias antes e depois poderia falar sobre o assunto, antes de tempo não iria responder porque era “ver para crer” como São Tomé. -----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos**, agradeceu ao freguês Frederico Guerreiro que tivesse levantado a questão. Aliás, tinha assumido as duas situações colocadas sobre a sinalética e também ligara para o telemóvel mas nunca tinha conseguido contactar. -----

----- De qualquer maneira, respondendo à questão de forma objetiva, tinha encaminhado para o Espaço Público a questão do horário dos balneários no Largo do Mastro. Já tinha passado algum tempo e teria que perguntar aos serviços como estava esse assunto. -----

----- A questão da sinalética era um pouco mais elaborada, porque o espaço estava sob a responsabilidade da Junta mas tinha que se pedir à Câmara. Ainda não tinha tido tempo, mas prometia que na próxima semana esse assunto seria encaminhado para a Câmara. De qualquer modo, apesar de ir pedir essa alteração, não sabia se isso seria favorável porque a biblioteca pertencia à rede de bibliotecas municipais. No entanto, isso não era impeditivo de colocarem a questão. -----

----- **Ponto 2 – Período antes da ordem do dia;**-----

----- **Membro Pedro Louro (PS)** apresentou a seguinte recomendação em representação do eleitos do Partido Socialista:-----

----- **Recomendação** -----

“----- *Considerando que:* -----

----- a) a Freguesia de Arroios tem cerca de 2,13 quilómetros quadrados de área e mais de 31 mil habitantes; -----

----- b) a Freguesia de Arroios dispõe apenas de uma estação/posto de atendimento dos CTT Correios de Portugal situado na Rua Pascoal de Melo;-----

----- c) o encerramento há cerca de dois anos da estação dos CTT situada na Rua Palmira, na antiga Freguesia dos Anjos, veio privar a população de Arroios de um importante equipamento e desta forma prejudicá-la gravemente; -----

----- d) é manifestamente insuficiente a existência em funcionamento de apenas um posto de atendimento dos CTT Correios de Portugal na Freguesia de Arroios; -----

----- Pelo que os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios recomendam ao Executivo que estabeleça os contactos que considere adequados e pertinentes junto à administração dos CTT Correios de Portugal no sentido de ser aberto na Freguesia, com a máxima celeridade, no mínimo mais um posto de atendimento ao público que de alguma forma venha colmatar as necessidades atrás mencionadas. -----

----- Assembleia de Freguesia de Arroios, aos 24 de junho -----

----- Os Membros do Grupo do Partido Socialista. -----”

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** começou por se congratular com a presença do público, que continuava a manifestar-se bastante.-----

----- A questão que ali levava já tinha sido levantada diversas vezes e tinha a ver com o que estava na ata de dezembro de 2013, relativamente à criação e publicação de um regulamento geral anual de atribuição de apoios a entidades de desenvolvimento local, quer fossem associações, instituições de carácter cultural, desportivo, religioso ou social, quer fossem projetos de parcerias.-----

----- A pergunta mantinha-se porque realmente não havia qualquer conhecimento da criação desse regulamento, para quando a sua criação, visto que no próximo mês de outubro fariam dois anos que o Executivo tinha tomado posse e esse regulamento era muito importante. -----

----- **Membro João Coutinho Duarte (PCP)** disse que fazia suas as palavras da sua camarada e tinha dois pontos a tratar antes da ordem do dia.-----

----- O primeiro era o velho problema do autocarro na Rua Damasceno Monteiro. Havia cerca de dois anos que andavam a diligenciar uma cobertura por transporte público, que tinha sido aprovada numa Assembleia Municipal em Lisboa e o facto era que a argumentação da Carris não colhia de modo algum, dizendo que o autocarro não passava porque a geometria da rua não comportava um autocarro pequeno a passar. O facto era que passavam lá camionetas de cervejas, carros de bombeiros, camionetas de turismo, camionetas de mudanças. -----

----- Junto da Câmara Municipal, um assessor do Professor Nunes da Silva dissera que a Câmara não tinha peso, mas que o problema da geometria da rua era totalmente

resolvido pela Câmara, se fosse esse o caso. Na altura o problema tinha sido levantado à Senhora Presidente, que demonstrara que teria empenho em resolver essa situação.-----

----- Era um quilómetro a subir e não podia ser o carro da Junta a substituir-se aos transportes públicos. Como nunca se sabia no País, perante a situação que se vivia, o que iria acontecer aos serviços públicos, gostava de saber se a Senhora Presidente, qualquer que fosse a situação que viesse a acontecer com os transportes públicos de Lisboa, se estava ou não disposta também a continuar ou a iniciar outra fase de negociação com a Carris para colocar uma carreira na Rua Damasceno Monteiro. -----

----- Lembrou que a Rua Angelina Vidal, paralela, tinha quatro autocarros e um elétrico a subir a rua e a Rua Damasceno Monteiro não tinha nenhum. -----

----- Aproveitava para dizer que a Rua Damasceno Monteiro, ao fim de 50 anos, tinha passeadeiras para os peões, coisa que nunca tivera. -----

----- O segundo ponto era uma moção que os eleitos do PCP pretendiam pôr à consideração da Assembleia de Freguesia e que radicava fundamentalmente no espanto, na surpresa e no desgosto que dava a falta de palavra dos governantes do País. Pensava que todos os governantes do País honrariam as afirmações que faziam. -----

----- Moção -----

“----- Considerando que: -----

----- Ao abrigo do Decreto-Lei nº 42/2015 de 26 de Março, foi concessionada a exploração do equipamento Oceanário de Lisboa, actividade de serviço público;-----

----- Ter sido garantido pela então Ministra do Ambiente, Assunção Cristas, que apesar da extinção da Parque Expo, o Oceanário seria mantido na esfera pública e citamos: “ dada a função relevante ao nível da economia do mar”, pelas actividades que complementarmente desenvolve e promove, prestando um serviço público de relevância à Cidade e ao país; -----

----- Que a exploração do citado equipamento é superavitária;-----

----- Que o Oceanário de Lisboa é um dos maiores aquários públicos do mundo, votado a melhor atração do continente europeu e a segunda melhor atração do mundo no que respeita a aquários; -----

----- Que este equipamento, pago pelos impostos de todos nós, é de interesse público, independentemente do local onde se situa; -----

----- Que a concessão efectuada, à semelhança de anteriores já realizadas, reduz o montante das receitas a integrar no Orçamento de Estado;-----

----- A Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida em 24 de junho de 2015, delibera:

----- 1. Manifestar o seu repúdio ao processo de concessão do Oceanário de Lisboa; --

----- 2. Exigir a reversão por todos os meios constitucionais desta alienação do Serviço Público, a qual constitui pesado atentado à cultura e património público e ao papel do Estado como seu garante; -----

----- 3. Enviar esta Moção para: Assembleia da República; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia; Câmara Municipal de Lisboa; Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Lisboa, 24 de Junho de 2015 -----

----- Os eleitos do Partido Comunista Português – Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte.----- ”

----- **Membro Alexandra Neuphart (PS)** apresentou uma moção em representação do Grupo do PS:-----

----- Moção -----

“----- Contra a presente política de apoio às artes -----

----- Nos últimos anos, a política de apoios do Estado às artes – ou a falta dela – levou ao desaparecimento de inúmeras estruturas artísticas nacionais cuja atividade era fundamental para a diversidade da oferta cultural do país.-----

----- Aparentemente alheio à realidade de que, num país onde o mecenato é praticamente inexistente a única cultura que é auto-sustentável é a de massas, o Estado tem vindo cada vez mais a desresponsabilizar-se do seu papel de promotor do desenvolvimento cultural e artístico, forçando a grande maioria dos profissionais qualificados destas áreas a emigrar ou simplesmente a cessar a sua atividade. -----

----- A mendicidade, realidade para a qual o atual Governo tem vindo a empurrar os seus artistas, é transversal aos profissionais de todas as idades e de todas as áreas artísticas. Afeta, não só os mais jovens que, sem condições para desenvolverem as suas capacidades numa estrutura cujo foco não é o sucesso comercial, são obrigados a desistir ou a enveredar por outros circuitos mais rentáveis como a televisão ou a publicidade, como também os artistas que há 10, 20 ou mesmo 30 anos desenvolvem de forma louvável a sua profissão, criando a muito custo estruturas que, entre outras coisas, servem de apoio e acolhimento a projetos de artistas emergentes e promovem um pensamento crítico sobre a nossa sociedade e os valores instaurados. -----

----- Não tendo sido nunca perfeito, o funcionamento de estruturas como o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) ou a Direção Geral das Artes (DGA) tem vindo a deteriorar-se de tal forma que a reação da comunidade artística é agora de completa descrença e antagonismo contra estruturas que supostamente existem para os apoiar. -

----- A forma como a DGA desrespeita prazos de abertura de candidaturas e lançamento de resultados das mesmas, obriga a que se mantenha a programação apesar da incerteza de financiamento.-----

----- Quando os resultados chegam já é tarde demais. Perante o não-apoio, a única solução parece ser dispensar pessoas, cancelar projetos ou até mesmo fechar portas. Os resultados das candidaturas apresentadas em janeiro só foram divulgados em junho e desta forma é impraticável existir qualquer tipo de programação anual. -----

----- Os protestos não reivindicam apenas mais financiamento, reivindicam também transparência: este ano a DGA eliminou por completo a possibilidade de contestação dos resultados, tornando as suas decisões finais e irrevogáveis. -----

----- Sem uma explicação dada por quem de direito, as estruturas questionam-se sobre os critérios do júri para a atribuição e não-atribuição destes apoios. Questionam-se também porque é que algumas estruturas têm de ir a concurso e outras recebem financiamento direto da Secretaria de Estado da Cultura. -----

----- A polémica não afeta só as artes performativas ou a DGA. Também no cinema a divulgação dos nomes dos júris indicados para os concursos de 2015 foi envolta em controvérsia. Os profissionais da área exigem que haja uma maior transparência, cuidado e fiscalização na escolha dos júris para que não sejam escolhidas pessoas com interesses diretos nos resultados dos concursos e/ou sem currículo e mérito cultural que justifique o cargo que lhes está a ser atribuído. -----

----- Numa altura em que o cinema português é alvo de atenção e reconhecimento em numerosos festivais internacionais, cá dentro as produtoras debatem-se com a falta de financiamento para os seus projetos. Nunca se fizeram tão poucos filmes como este ano e nunca se recebeu tão mal. -----

----- Se a produção cultural no nosso país ainda não parou completamente deve-se à resistência e perseverança de todos os que continuam a criar sem nada receberem ou a trabalhar por um valor muito inferior ao estipulado e justo. -----

----- Em suma, o programa cultural do atual governo parece envolver um esforço para anular qualquer tipo de diversidade cultural que possa de alguma forma contestá-lo,

continuando a apoiar e a promover exclusivamente uma cultura popular e populista que defende os seus valores. É uma espécie de censura velada que está a atirar os nossos artistas mais competentes e talentosos para fora do seu país. -----

----- Em Lisboa, as ausências são numerosas e o silêncio destas vozes sente-se de forma bastante palpável. O Brasil, o Reino- Unido, Espanha e Berlim são os destinos mais escolhidos. Quem sai dificilmente pensa em voltar. A experiência de ver o seu trabalho valorizado e recompensado fá-los ver como de facto em Portugal não há falta de qualidade, nem falta de talento - como muitas vezes se diz - há apenas falta de condições e falta apoio da parte do Estado e do mecenato privado para que projetos de qualidade possam ser desenvolvidos e posteriormente reconhecidos internacionalmente - por oposição ao que acontece normalmente que é terem de ser produzidos fora para depois serem valorizados internamente. -----

----- Queremos que o atual governo reconheça a importância da cultura na criação da identidade de um país e na educação dos seus habitantes e exigimos uma política cultural que apoie e promova a arte e os artistas. -----

----- Depois de aprovada, esta moção deverá ser enviada a todos os Grupos Parlamentares presentes na Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, ao Primeiro Ministro e ao Secretário de Estado da Cultura. -----

----- Assembleia de Freguesia de Arroios, em 24 de junho de 2015-----

----- O Grupo do Partido Socialista----- ”

*----- **Membro Beatriz Dias (BE)** apresentou uma moção relativa à Escola do Largo do Leão, ao facto de terem informado que na escola ainda não tinha sido implementado o plano de evacuação dos alunos. -----*

----- Disse que depois gostaria de fazer uma pergunta ao Executivo, se tinha conhecimento ou não de situações idênticas noutras escolas primárias. -----

Moção

“----- Condições de segurança e saúde na Escola EBI Leão de Arroios -----

----- Considerando que: -----

----- 1. A Escola EBI Leão de Arroios funciona diariamente com cerca de 400 crianças e ainda dezenas de professores e funcionários. -----

----- 2. A Câmara Municipal de Lisboa (CML) tem responsabilidade sobre a manutenção das boas condições de utilização da escola e sobre a segurança e saúde das crianças. -----

----- 3. A associação de pais já solicitou informação à CML sobre o plano de evacuação e segurança e, apesar de informação prestada de que o mesmo se encontrava em fase de finalização, não existe nenhuma concretização do mesmo. -----

----- 4. Os pais temem, ainda, pela segurança dos seus filhos, porque a escola não tem um Plano de Evacuação e Segurança e foi construída num prédio onde dois dos três pisos ficam abaixo do nível do solo e o recreio é interior. -----

----- 5. O pátio da escola onde os alunos brincam, está rodeado de prédios e a única forma de sair do estabelecimento de ensino é por uma porta que dá diretamente para uma rua. A escola não tem uma porta corta-fogo, que é obrigatória, e os miudos estão trancados à chave durante o dia. -----

----- 6. As obras realizadas no pátio exterior resultaram na colocação de um revestimento abrasivo e inadequado para as crianças, tendo já provocado ferimentos em várias. -----

----- 7. A CML reconhece este problema e analisou a possibilidade de o desgaste do pavimento resultar numa superfície menos abrasiva. Na realidade a agressividade abrasiva mantém-se. -----

----- 8. *As salas de aula com grandes superfícies envidraçadas e expostas ao sol provocam temperaturas elevadíssimas no espaço onde as crianças devem estar confortáveis e sem risco para a sua saúde.* -----

----- 9. *No ano passado, a autarquia fez obras, mas ficaram inacabadas, tendo retirado os toldos degradados (perigosos) que protegiam as salas de aula do sol e não os substituíram ou repararam.* -----

----- 10. *A biblioteca da escola continua inacessível e encerrada.* -----

----- *A eleita do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida em sessão ordinária no dia 24 de Junho de 2015, delibere recomendar à CML:*

----- 1. *Que implemente o plano de emergência e evacuação da escola EBI Leão de Arroios.* -----

----- 2. *Que estude uma solução para resolver o problema do chão abrasivo do recreio, indicando se possível, os prazos para a execução da mesma.* -----

----- 3. *Que procure uma solução para resolver o problema das temperaturas excessivas dentro das salas de aula, ou através de meios de sombreamento ou de climatização indicando, se possível, o prazo de implementação da solução.* -----

----- 4. *Envidar todos os esforços para que a EBI Leão de Arroios volte a dispor de uma biblioteca para os alunos.* -----

----- *Arroios, 24 de junho de 2015.* -----

----- *Bloco de Esquerda - Beatriz Dias .* ----- ”

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que já estivera em diversas reuniões com a Câmara Municipal, com a Carris e com outras Freguesias, entre as quais São Vicente. A Damasceno Monteiro, como sabiam, estava ligada entre as Juntas de Freguesia de São Vicente e de Arroios. Tinha-se tentado tudo para que essa questão fosse ultrapassada mas não era fácil, a Carris continuava a recusar colocar autocarros na subida da Rua Damasceno Monteiro e tinha dado diversas respostas não muito positivas. -----

----- Não se podia mais do que pressionar e sensibilizar em reuniões onde estavam presentes também outras Freguesias e a Câmara Municipal. A própria Câmara Municipal já tinha feito a proposta, mas a Carris tinha a sua forma de estar e de ver as instituições.

----- Também tinha havido uma reunião com o Metro de Lisboa por causa da mudança das estações, porque estavam bastante degradadas. Da parte do administrador geral do Metro, com quem reunira, não era fácil que houvesse algumas alterações no momento e por isso estavam também a estudar uma forma de pelo menos ficarem mais limpas. Tinha havido uma autorização para as fotografar, para ver o mais necessário para que os fregueses se sentissem melhor, pelo menos em relação à higiene nas entradas do metro.

----- As piores estações eram as da Freguesia de Arroios e infelizmente eram para ter entrado em obras um ano e meio atrás e não começaram. -----

----- Havia também o problema do fecho das portas ao fim-de-semana, mas não se via da parte do Metro abertura fácil para alteração da situação. -----

----- Em relação ao Largo do Leão, parecia que os pais não tinham passado a informação toda à Membro Beatriz Dias. Essa situação tinha sido muito discutida com a Junta de Freguesia, que estava em conjunto com os pais a tentar resolver várias situações. -----

----- Quanto ao Plano de Evacuação e Segurança, era a Câmara quem tinha que fazer e pedir-se à Vereadora Graça Fonseca para que em breve fosse disponibilizado. -----

----- Em relação às obras, os pais sabiam, até porque tinham ido à Assembleia Municipal, que elas iriam começar após o fecho do ano letivo. -----

----- Em relação ao chão abrasivo, tinha tido uma reunião com os pais para saber o que queriam porque as coisas iam sendo mudadas com o desgaste e em certa altura os próprios pais optaram por não mudar o chão. Ao princípio as crianças caíam mas ele

deixara de ser tão abrasivo e já não estava assim. Portanto, a situação estava resolvida pelos próprios pais e era pena que não tivessem informado. -----

----- Não iriam começar obras só nessa escola, havia duas obras prioritárias na Freguesia. Na Sampaio Garrido os pais perguntavam o que estava a acontecer, iriam também aí começar obras mas não sabia dizer quando porque havia um estudo geológico por causa de um talude que ia do miradouro. -----

----- Quanto ao regulamento, estava a ser estudado, mas havia uma posição na Junta de Freguesia de estudar caso a caso e de ajudar muito o movimento associativo em género. Não se tratava de ser uma escolha de A, B ou C, era conforme as necessidades. -----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo**, começou por agradecer mais uma vez a sugestão da Membro Fernanda Lacerda, que já registara uns tempos antes. Não diria que era uma promessa, mas era uma intenção firme aprovar esse regulamento de apoio a entidades locais. -----

----- Chamava à atenção que não era a inexistência do regulamento que impedia o auxílio que vinha a suceder sob a forma de cedência de instalações e de equipamentos. -----

----- No documento que seria submetido à Assembleia, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, na página 17, estava precisamente prevista essa medida, a adoção desse regulamento. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Contra a Privatização do Oceanário de Lisboa”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor de PS (9), PCP (2), BE (1) e PAN (1) e 6 votos contra de PSD (5) e CDS-PP (1).-----

----- Submeteu à votação a **Moção “Contra a Presente Política de Apoio às Artes”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor de PS (9), PCP (2), BE (1) e PAN (1), 5 votos contra de PSD (4) e CDS-PP (1) e 1 abstenção de PSD.-----

----- Submeteu à votação a **Moção “Condições de Segurança e Saúde na Escola EB1 Leão de Arroios”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor de PSD (5), PCP (2), BE (1) e CDS-PP (1) e 10 abstenções de PS (9) e PAN (1).-----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Abertura de um posto dos CTT”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da Ata nº 8, da sessão anterior;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº8**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor de PS (7), PSD (3), PCP (2), BE (1) e PAN (1) e 5 abstenções de PS (2), PSD (2) e CDS-PP (1).-----

----- **Ponto 4 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta;**-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que a sua primeira observação tinha a ver com a apresentação do documento. Já anteriormente se tinha falado no assunto e as coisas iam correndo ao longo do tempo, mas verificava que se mantinha e achava por bem levantar o assunto. -----

----- O PCP compreendia que esse documento resultava de um conjunto de informações feitas pelos diversos responsáveis das áreas e era natural que assim fosse, mas depois deveria ser alterada a sua forma de apresentação. Tudo bem que fosse elaborado pelas diversas áreas, mas devia ser depois canalizado para uma única entidade que o devia pôr uniforme. -----

----- Se verificassem, a primeira parte tinha um tipo de letra bastante grande, depois havia uma média, depois havia uma mais pequena. O problema não era a apresentação ser muito bonita ou não, mas se a letra fosse reduzida resultaria certamente numa redução de folhas e na impressão haveria melhor aproveitamento de tinta e de papel. ---

----- Quanto ao conteúdo, nos fogos municipais seria de todo o interesse saber quantas intervenções tinham sido efetuadas e o seu valor médio. Mais à frente via-se um valor que não era muito elevado, mas gostaria de saber. -----

----- Em relação ao processo de reestruturação do antigo posto clínico de São Jorge de Arroios, pretendia também saber qual o ponto da situação. Era falado que havia algum desenvolvimento no procedimento sobre a procura de instalações mas gostaria de saber qual o desenvolvimento, se haveria algum local ou não. -----

----- Quanto à higiene urbana, no entender do PCP a Informação baseava-se muito nos dados estatísticos. Eram apresentados alguns mapas que não davam muita informação para a eficácia dos serviços. Compreendia-se que eram mapas estatísticos para os serviços mas o PCP não via qualquer interesse neles. Não interessava quantas varreduras, interessava saber se a população estava ou não contente com as lavagens. --

----- Os primeiros mapas tinham a ver com as varreduras e não estava lá a sua rua, a Rua José Estevão, que por acaso até era varrida e andava lá sempre um funcionário, mas na questão das lavagens não as verificava na sua zona. No entanto, sabia que era bastante visível e até com alguma frequência por exemplo no Largo da Estefânia e essa era a questão, nuns lugares havia com grande frequência e noutras elas não eram feitas. -----

----- A repintura das passadeiras, era verdade que nalguns locais elas eram feitas. Aliás, o seu camarada referira nomeadamente uma rua que antes não existia, mas havia muitas ruas onde faltava essa repintura e alertava para esse facto. -----

----- Nas ações relevantes mais uma vez era um corolário de reuniões com diversas entidades, no entanto pretendia-se um resumo dessas reuniões, dos temas. Por exemplo, na reunião com a Unidade de Intervenção Territorial Centro, Câmara Municipal de Lisboa, EMEL, sobre estacionamento punha-se a questão do que teria sido focado, quais os pontos mais importantes dessas reuniões. Era extremamente importante porque o estacionamento na Freguesia era uma das coisas que preocupava e dava azo a muitas perguntas dos fregueses. -----

----- A Senhora Presidente tinha dado alguma informação mas tinha essa questão para colocar, sobre a reunião com o Metro, quais tinham sido os assuntos abordados. Era muito preocupante, porque eram as acessibilidades, eram os horários da abertura das estações e não haver nenhuma para pessoas com mobilidade reduzida, era a limpeza. Na Informação estava “reunião com o Metro”. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que algumas questões já tinham sido referidas pela Fernanda Lacerda, por exemplo de um pedido que o BE já fizera várias vezes sobre a necessidade da Informação da Presidente ajudar a compreender quais as prioridades da intervenção do Executivo na Freguesia. Na leitura do documento, mais uma vez a identificação dessas prioridades não era fácil e também não se conseguia compreender a consequência de algumas das ações e o resultado das reuniões que aconteceram. -----

----- Esse era um pedido importante para poderem colaborar com sugestões para melhorar a ação na vida ativa da Freguesia. -----

----- Tinha um esclarecimento para pedir em relação à Comissão Social de Freguesia de Arroios. O texto apresentado era extremamente vago, em que por exemplo a primeira frase dizia que “os trabalhos têm decorrido dentro do previsto”. Não se conseguia compreender quais eram os principais problemas detetados, qual a intervenção da Comissão, quais os resultados das intervenções que ocorreram. Era importante perceber

quais as questões mais destacadas, se era a questão da habitação, se dos sem-abrigo, se havia outras questões a dar relevância nessa Comissão Social de Freguesia de Arroios.

----- Gostava de saber se podia ter acesso ao relatório elaborado pela Comissão, para se poder perceber como a intervenção era organizada e quais os resultados e ações futuras.

----- Em relação à educação e juventude, aí a sua pergunta já fora respondida, que era relativamente aos planos de evacuação e à questão do Largo do Leão.-----

----- Uma questão sobre a higiene urbana tinha a ver com a aplicação de herbicidas. Existiam inúmeras substâncias que eram aplicadas para a deservagem, algumas delas eram identificadas como sendo substâncias cancerígenas, extremamente tóxicas, que tinham efeitos principalmente nos animais domésticos. Queria saber quais eram as substâncias utilizadas e se existiriam soluções alternativas mais ecológicas e com um efeito menos tóxico para os animais.-----

----- Relativamente aos espaços verdes, havia alguma insatisfação e queixas quanto ao abate de árvores em alguns jardins da Freguesia. Pelo que deduzira, as queixas prendiam-se com a falta de informação técnica dada aos moradores, presumia que não da Junta de Freguesia. Alguma da insatisfação dizia que a justificação técnica para o abate de algumas árvores não era plausível, que as árvores não apresentavam as doenças que diziam ter. Gostava de algum esclarecimento relativamente a esse assunto.-----

----- Disse que talvez alguns dos abates e das podas devessem ser acompanhados de pareceres da Câmara Municipal, uma vez que a Junta de Freguesia tinha recebido delegação de competências mas podia não ter recebido os técnicos necessários para o fazer. Talvez associar essas intervenções a pareceres dos técnicos que ficaram na Câmara pudesse ser uma forma de informar corretamente os fregueses da necessidade de algumas das intervenções.-----

----- Quanto à ocupação do espaço público, também aí tinha sido informada de algumas insatisfações relativamente à ação do Executivo da Junta de Freguesia, principalmente sobre o estacionamento de bicicletas na Rua Regueirão dos Anjos, à frente da RDA 69. Tinha feito uma reflexão relativamente a isso e tinha uma confusão, apesar de ter procurado informação. Não era claro quais as delegações de competências das Juntas de Freguesia e da Câmara, a quem se podiam dirigir quando se queria ocupar o espaço público.-----

----- Quando se construira a ciclovia, pela informação que recebera, tinha-se pedido autorização para fazer e a resposta era de que não seria da competência da Junta. No entanto, a Junta teria enviado a informação de que a ciclovia estaria ilegal. Sabia que o processo entretanto tinha sido parado.-----

----- Não estava a falar exclusivamente do caso do estacionamento de bicicletas, estava a fazer uma pergunta muito concreta sobre a gestão do espaço público e sobre a necessidade que todos tinham de saber onde dirigir quando se pretendia ocupar o espaço público. Por exemplo para construir um estacionamento de bicicletas, se a autorização devia ser pedida à Junta de Freguesia ou à Câmara Municipal, ou para fazer uma festa privada no Santo Vertical. A sua pergunta era muito concreta relativamente a isso e partia da questão do estacionamento de bicicletas para depois alargar a outras formas de intervenção e de ocupação do espaço público.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que lamentava o facto das pessoas não perceberem que os regulamentos eram para todos. Não era por ser a RDA ou outra entidade qualquer que tinham regulamentos diferentes. A mobilidade era uma coisa extremamente importante na Freguesia, mas era para todos, não era porque os meninos da RDA achavam que o passeio era deles.-----

----- Tinha-se proposto à RDA que colocasse nas zonas das viaturas o parque de estacionamento das bicicletas. Fora uma questão discutida com a CML, havia propostas mais antigas e os senhores achavam que não tinham que seguir regras. -----

----- Em relação ao licenciamento no espaço público, era feito muitas vezes em conjunto. Quando era no passeio era feito pela Junta de Freguesia, quando era na estrada podia ser feito e negociado entre a Câmara e a Junta de Freguesia. Qualquer assunto que tivesse a ver com licenciamento na via tinham que informar a Câmara e se não houvesse resposta no prazo de 20 dias, podiam assumir como sendo da Junta de Freguesia. -----

----- Em relação ao Santo Vertical, o espaço do Intendente ainda tinha a ver com a Presidência da Câmara Municipal, tinha uma autorização mas a Junta de Freguesia dava um parecer e nesse caso tinha dado um parecer positivo. O licenciamento disso revertera a favor da Junta de Freguesia. -----

----- A Junta estava a pedir atenção à Câmara no espaço público, em relação às motos, às bicicletas, para criar espaço físico também em relação a essas áreas porque atualmente havia muito mais gente com bicicletas e com motos, mas as regras tinham que ser para todos, não era porque uns grupos se consideravam especiais e não tinham regras e podiam ocupar o passeio, tendo as pessoas que andar no meio da estrada. -----

----- Sobre a Comissão Social de Freguesia, havia relatórios de trabalho que podia dar com muito gosto e serem publicados, não havia nada escondido. Simplesmente, era um trabalho feito entre todo o movimento social. Na Comissão Social de Freguesia estavam cerca de cem associações que trabalhavam em conjunto. Tinham a da parte do desporto a da parte da solidariedade, da saúde e da ação social, elas estavam interligadas até porque havia muitos projetos na Freguesia do movimento social e era importante que todos conhecessem, estando também ligada a área cultural. -----

----- Havia uma forte interligação entre todas as áreas e por vezes era difícil num relatório desses estar a pôr tudo, ou ficava um relatório com quase cem páginas, mas podiam dar todas as justificações. O que estava eram as identificações de prioridades também com as pessoas da Comissão Social de Freguesia nas várias áreas. -----

----- As pinturas das passadeiras estavam em estudo para serem continuadas, tinham começado no ano anterior. -----

----- Em relação à UIT Centro e EMEL, havia zonas como a Francisco Sanches que já tiveram EMEL e deixaram de ter. Era uma das coisas que os fregueses tinham pedido, que voltasse a ter, mas tudo o que havia antes na Francisco Sanches e à volta fora vandalizado pela própria população ou por pessoas que não queriam a EMEL. Atualmente a população queria. -----

----- Tinha havido já três reuniões, sendo que a grande questão era o Bairro das Colónias. Tinha-se aí aplicado um estudo que tinha já oito anos no programa da Câmara com a EMEL, mas tinha havido intervenção só em metade do bairro. As pessoas reclamaram e com toda a razão, a Junta dera todo o apoio e reencaminhava todas as cartas. -----

----- A última reunião tinha sido no dia 18 de maio com moradores, sempre com a presença do Presidente da EMEL, e como isso não era uma decisão que pudesse ser feita pela Junta de Freguesia nem pela EMEL, tinha que ir à Assembleia Municipal, pedira-se a suspensão urgente da zona de estacionamento tarifado no Bairro das Colónias, que ligava até à Heliodoro Salgado. -----

----- Por grande pressão da Junta de Freguesia já tinha entrado o projeto na Câmara Municipal, que tinha consigo. O Vereador Manuel Salgado tinha pedido à EMEL para o enviar com carácter de urgência, fora enviado em 24 horas e esperava-se que ele fosse à Assembleia para ser aprovado, para que as pessoas do Bairro das Colónias e não só, de todo o Arroios, tivessem acesso a poder estacionar. -----

----- As pessoas atualmente estavam todas mais contentes porque tinham lugares para estacionar e podiam chegar a qualquer hora às suas casas sem esses problemas. -----

----- Sobre o processo de reestruturação do posto clínico, a situação estava a ser avaliada, a ver sítios para isso ou um outro projeto. Fazia-se uma avaliação também com a parte financeira. -----

----- Sobre a higiene urbana o Vogal do Executivo João Veríssimo podia explicar melhor, mas as lavagens eram feitas por cantões e talvez por isso não estivessem as ruas todas. Podia não aparecer uma rua mas ela era lavada, porque eram lavadas por cantões.

----- Sobre a forma de apresentação da Informação Escrita, podiam pensar nisso mas havia muita coisa para comunicar. Ia-se apresentando por grupos de trabalho, o que era normal, cada um tinha que apresentar o seu trabalho, mas haveria mais cuidado nesse sentido. -----

----- **O Vogal do Executivo João Veríssimo** disse que relativamente às questões colocadas acabava por estar de acordo com a Fernanda Lacerda. Era muita informação e exigia-se talvez mais uniformidade na linguagem e no aspeto da Informação. Ainda assim, habituara-se durante vários anos na extinta Freguesia de São Jorge de Arroios à Informação do Presidente com uma folha ou duas. Para o fim e com o novo Executivo eleito as coisas mudaram, mas acabava por constatar que apesar das diferenças no tipo de letra e no tamanho, mais valia uma Informação completa do que uma folha A4 que por vezes nem frente e verso era. -----

----- Relativamente à aparente estatística em excesso ao nível da higiene urbana, a ideia era simples e tentariam segui-la, que era demonstrar cabalmente que a equipa de mais de 50 homens e mulheres estava a trabalhar. A ideia era também, embora já o fosse, tornar essa informação pública para que os moradores verificassem de facto que havia trabalho efetivo nas áreas onde residiam. -----

----- Se porventura acontecesse que algum dia a tabela estivesse mal preenchida, então que comunicassem com o Executivo, porque alguma coisa se passava, mas até ao momento os níveis de higiene urbana sofreram um incremento e as pessoas estavam mais satisfeitas. Obviamente que queriam continuar a trabalhar e a aperfeiçoar o resultado. -----

----- Em relação às lavagens, na tabela as lavagens apareciam a *bold* e da próxima vez isso iria ser aperfeiçoado, na linha até se calhar com o *layout*. Nem todas as ruas estavam assinaladas, Arroios não tinha só 44 ruas, tinha muitas mais e no topo da tabela aparecia a designação “cantões”, que eram agrupamentos de ruas, de praças, de espaços. Era assim que a Câmara sempre tinha trabalhado e decidira-se manter o sistema, tal como lhe parecia ser o caso em todas as Juntas. -----

----- No caso em concreto seria o cantão da Passos Manuel ou da Pascoal de Melo, seria por aí. -----

----- Relativamente à questão muito pertinente dos herbicidas, essa expressão era terrível e não andavam a usar herbicidas e muito menos soluções intrusivas. Já havia enquadramento legal a esse respeito e não sabia qual era a marca do produto usado, mas podia investigar isso. A rubrica “herbicidas” estava no sistema e permanecera assim. ---

----- Explicou que a deservagem era feita com uma roçadeira mas só usando a roçadeira, com o tempo quente, daí por uns dias voltava tudo a nascer. Era necessário utilizar uma solução que atrasasse o crescimento das plantas e era só nesse sentido que aparecia essa indicação. -----

----- Quanto ao Regueirão dos Anjos, de facto tinha havido algum ruído em relação ao uso do espaço por parte da associação e decidira-se fazer aquilo que tinham feito com todas as outras associações, restaurantes, estabelecimentos. Se essa associação pretendia fazer reparação de bicicletas, e até já tinha recorrido a essa reparação para a sua

bicicleta, então que usassem um espaço que não atentasse contra a mobilidade nos passeios. -----

----- A equipa interna da Junta tinha formalizado uma proposta que depois poderiam ver, não havia nada a esconder, feita pelo Arquiteto da Junta e devidamente enquadrada pelo Doutor Carlos Cardoso, que encabeçava a equipa dos licenciamentos e da ocupação do espaço público. Tinha havido uma reunião com a RDA, também com a presença da Câmara e a associação tinha ficado surpreendida com a proposta e ficara de transmitir o teor dessa proposta à sua assembleia própria. Portanto, aguardava-se o resultado dessa assembleia e se de facto queriam implementar a proposta ou se queriam alterá-la, ou se não a queriam. A Junta estava perfeitamente flexível e disponível para ajudar nessa situação. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que as Juntas de Freguesia recebiam da Câmara uma lista das árvores que estavam doentes e as Juntas também tinham chamado empresas idóneas. Tinha muitas certezas sobre a empresa que a Junta contratara até porque já tinha ajudado a não abater árvores e tinha sido indicada pelo Instituto de Conservação da Natureza. -----

----- Todas as árvores abatidas estavam devidamente identificadas, estavam doentes. Por vezes a doença das árvores não estava à vista das pessoas, mas todas as árvores estavam identificadas, a razão de ter sido abatida, o problema que tinha. Estava no site da Junta de Freguesia, relatório a relatório, rua a rua, e mandaram-se essas indicações para quem de direito. -----

----- Percebia que era muito difícil de repente chegar a um sítio e perderem-se cinco árvores, até porque era uma pessoa que gostava de jardins e já vira destruir muitas árvores em jardins, mas tinha a confiança absoluta na empresa contratada pela Junta. --

----- Só numa reunião recente da Câmara com as Juntas todas que quiseram estar presentes se percebera que não deviam ser as Juntas e retirar os cepos. No entanto, havia cerca de 100 cepos na Freguesia e atualmente eram só cerca de 25, retiraram-se por uma questão de melhorar a Freguesia, porque era horrível encontrar a meio da rua uns cotos. Na zona da antiga Freguesia de São Jorge de Arroios havia imensas situações dessas e foram todas retiradas. -----

----- Tinham sido colocadas 116 novas árvores na Freguesia e algumas já nem estavam muito bem porque as pessoas meteram lixívia, havia algum vandalismo. Era triste, mas não era a maioria. -----

----- Percebia por exemplo que as pessoas de repente sentissem a falta de cinco árvores no Jardim Cesário Verde, mas elas estavam mesmo doentes e só na Freguesia caíram durante o corrente ano mais de seis árvores, uma das quais na José Estevão no fim-de-semana. Por acaso nenhuma dessas árvores matara ninguém, mas podiam matar pessoas e depois queria ver como seria. -----

----- As podas tinham sido feitas com muita consistência. Não tinham podas irreversíveis e as podas tinham que ser feitas conforme a situação. Podiam ser feitas podas simples e muitas vezes os fregueses alertavam para que nalgumas ruas batiam nas janelas. No momento ainda podiam ser feitas podas porque a seiva não estava em alta. -----

----- Era uma aprendizagem que se ia fazendo e tudo isso estava no site da Freguesia. Não tinha havido podas drásticas, não tinha havido abates só por acharem que a árvore estava doente. Só era pena que às vezes andassem a cuidar e depois vissem os outros a destruir. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, informou que para intervenções nos fogos municipais tinham chegado dois pedidos até Maio, cujo valor médio rondava os 630 euros. Tinha dado resposta a todos os pedidos e esses eram os valores. -----

----- **Ponto 5 – Análise, discussão e votação da Primeira Revisão Orçamental de 2015;**-----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau** disse que no fecho de contas apresentado na Assembleia de Freguesia de abril, votado e aprovado, resultara um saldo, o qual teria que ser incorporado no Orçamento do presente ano. -----

----- Tinha sido também efetuada uma análise à execução da receita. Tanto a receita como a despesa eram previsões. Apurara-se um valor de cerca de 58300 euros, o qual também seria incorporado no Orçamento. Esse valor resultava acima de tudo do licenciamento, estando já toda a atividade de licenciamento do lado da Junta e fizera-se uma reavaliação das receitas, observando também o princípio da prudência, uma vez que nos próximos seis meses não se sabia como iria ser. -----

----- O valor total de cerca de 974 mil euros estava distribuído em 39% nas despesas de pessoal, 22% em investimento e 37% na aquisição de bens e serviços, totalizando 98%. Os restantes 2% eram distribuídos por outras rubricas. -----

----- Relativamente à aquisição de bens e serviços, 60% desse esforço resultava na distribuição em “outros trabalhos especializados”, cerca de 105.100 euros, sendo que 80000 eram para os espaços verdes. Era necessário fazer um novo contrato de manutenção dos espaços verdes, havia a substituição de árvores, a destruição de cepos e alguma poda que ainda pudesse existir.-----

----- Havia um esforço de 52.000 euros na eletricidade dos mercados, na piscina e nas escolas, também pagos pelo Orçamento da Junta. -----

----- Os transportes e alimentações confeccionadas, relativamente às atividades Praia/Campo, eram cerca de 50.000 euros. Já tinham os números, já tinham inscrições, já sabiam quais os recursos necessários.-----

----- Havia o gás da piscina, que iria entrar em obras mas tinham esse esforço de 30000 euros.-----

----- Os restante 40% estavam distribuídos por outras 29 rubricas que iam desde a água a comunicações, a vestuário e artigos, a matérias-primas, a alimentação, educação, outros bens.-----

----- Relativamente ao investimento, já se tinha apresentado para 2015 um valor de 485.000 euros e estavam a reforçar em 215.500 euros. -----

----- Tinha-se lançado um concurso público para a cobertura da piscina e seria também lançado para a climatização, estimando em cerca de 350.000 euros as obras na piscina, que incluía depois outro tipo de remodelação mas com valores mais pequenos. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que algumas questões já tinham sido mais ou menos explicadas.-----

----- Verificava-se que a receita tinha tido um acréscimo de 974 mil euros, que iam do saldo da gerência anterior e mais cerca de 80 mil por ocupação dos espaços públicos. No entanto, havia rubricas que tiveram um decréscimo nas receitas e eram rubricas de mercados e feiras - de 30 mil euros, aluguer de espaços e equipamentos – 10 mil euros, assim como a rubrica, “privadas e estatuto remunerado”, que se não estava em erro tinha a ver com escolas e que decresceram um total de 20 mil euros. Perguntou qual a razão desse decréscimo. -----

----- Naturalmente que se a receita tinha um acréscimo, ele depois iria refletir-se na distribuição pela despesa e verificara-se um aumento bastante elevado nas rubricas de pessoal, nomeadamente na rubrica de pessoal em regime de tarefa ou avença. Tinha feito uma soma que pensava não estar errada de cerca de 200 mil euros e gostaria de saber qual a razão para esse acréscimo.-----

----- Perguntou se isso significava o que tinham andado a dizer acerca da reforma administrativa, que no fundo não levava à redução de custos e, pelo contrário, contribuía para precariedade do emprego. Era uma questão. -----

----- Na 02.01.21.99, rubrica “Diversos” era muito relativo, tinha um acréscimo de 18.850 euros e atualmente totalizava 55.000 euros. -----

----- A rubrica 02.02.10, “Transportes”, um acréscimo de 33.000 euros. Gostaria de saber o que se tratava. -----

----- A rubrica 02.02.17.02, “boletim informativo” – 8.500 euros, e a 03, “revista cultural” – 12.000. -----

----- A rubrica 02.02.20.01, “outros trabalhos especializados”, tinha um acréscimo de 105.000 euros e que segundo fora dito, tinha a ver com os espaços verdes. -----

----- “Serviços técnicos especializados” em 16.500 euros. -----

----- A rubrica 06.02.03.05.01, “outras despesas”, mais 6.000 euros. -----

----- No Orçamento Participativo mais 6.000. Já tinha falado com o Senhor Tesoureiro, porque se via aí alguma incongruência com essa rubrica. -----

----- Havia uma coisa que gostaria de sugerir. O documento que era apresentado tinha informação, mas sugeria que talvez fosse de introduzir uma coluna para o classificador orgânico. A comparação entre o Orçamento e essas revisões talvez permitisse uma melhor análise das contas e das rubricas. Tinha tido alguma dificuldade porque queria verificar os valores com as dotações atuais, entendia-se que isso tinha a ver com a classificação orgânica e não com a classificação económica e tinha andado à procura do que se referia. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau** disse que o Orçamento era uma previsão de despesas e receitas, o dia-a-dia era dinâmico e havia despesas que estavam enquadradas com o orçamentado mas havia outras que eram superiores. Por exemplo nos espaços verdes já se tinham feito intervenções para o ano e para parte do próximo, com a poda, com os cepos, com plantação. Inicialmente não se tinha previsto fazer tantas intervenções mas elas tinham sido necessárias, pelo que se tivera de fazer modificações orçamentais, por exemplo com os sistemas de rega nos jardins. -----

----- As alterações orçamentais eram apresentadas e votadas nas reuniões de Executivo, constavam das atas, para as rubricas em que a execução estava muito abaixo, porque por exemplo seriam despesas do segundo semestre e em que o valor não seria utilizado no primeiro semestre, passar para outras rubricas em que era necessário fazer o reforço. Por isso as dotações eram diferentes do saldo apresentado para 2015. -----

----- Quanto ao pessoal em regime de tarefa ou avença, até por uma questão de estabilidade e de dignificar as condições de trabalho gostariam de contratar as pessoas para os quadros, mas a Lei não o permitia. -----

----- Com a transferência de competências tinha-se pedido quadros superiores e quadros técnicos à CML, os quais não tinham chegado e tinham que suprir essas necessidades recorrendo a esse tipo de contratação. Não era o ideal, mas era o possível. -----

----- A rubrica “Diversos” levantava sempre questões e era natural. Por uma questão de registo contabilístico registava-se aí por exemplo pedra de calçada, aquisição de plantas, estavam também mencionados os herbicidas, cimento e materiais de construção, material para a higiene urbana, etc. Era um tipo de despesa que não caía noutras rubricas, porque se tivessem uma rubrica para cada tipo de despesa teriam o Orçamento com muitas mais páginas. -----

----- Relativamente aos transportes, esse acréscimo devia-se ao programa Praia/Campo com mais crianças do que no ano anterior. No ano anterior tinha corrido muito bem, os encarregados de educação gostaram da forma como estava organizado e no corrente ano tinham mais crianças, precisando de mais autocarros nos meses de julho e agosto. Já se

sabia que eram sempre procurados pelo turismo e pelas entidades públicas que organizavam esse tipo de atividades e, portanto, o valor por dia ficava bastante caro. ---

----- Relativamente ao boletim e à revista, ia um pouco na sequência daquilo que referira das modificações. Tinham tirado dinheiro das rubricas “outros” e estavam a colocar novamente os valores retirados.-----

----- Quanto aos “outros trabalhos especializados”, tivera oportunidade de explicar que os espaços verdes tinham um peso muito grande. Os “serviços técnicos especializados” eram contratos e intervenções de manutenção por exemplo nos elevadores dos mercados, as máquinas de gelo, etc.-----

----- No Orçamento Participativo estava-se a repor o total de 45.000 euros, tal como fora apresentado no Orçamento para 2015.-----

----- Relativamente à receita, os mercados e feiras, esses valores referiam-se a serviços e não a taxas. Existia um Regulamento de Taxas e as taxas eram previsíveis, o seu cálculo era mais fácil, a não ser que as pessoas comessem a devolver as lojas ou as bancas, mas aí eram serviços relacionados por exemplo com eletricidade ou água, em que o valor não era constante ao longo do ano.-----

----- O estatuto remuneratório tinha a ver com a Lei e com o corte salarial do Presidente.

----- Em relação à rubrica de “privadas”, havia uma recolocação de despesa e tinha também a ver com os apoios que se solicitavam a organismos privados para ajudarem a suportar financeiramente a revista cultural, que em primeiro lugar era uma revista de integração, estava em quatro línguas e tinha por objetivo reposicionar a imagem da Freguesia de Arroios, sendo distribuída dentro e fora da Freguesia.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Primeira Revisão Orçamental de 2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor de PS (9) e PAN (1) e 9 abstenções de PSD (5), PCP (2), CDS-PP (1) e BE (1).-----

----- **Ponto 6 – Análise, discussão e votação da Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;**-----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau** disse que já tinha referido estarem a aumentar o investimento nesse ano, havia muita coisa que ficava já feita e se calhar no próximo ano não precisariam de ter tanta despesa de investimento.-----

----- Salientava mais uma vez a questão da piscina, esperando dotá-la com um verdadeiro equipamento de utilidade pública, com outras condições, com uma temperatura ambiente que não decorresse da luz solar ou do aquecimento da água. No fundo, que a Lei já existente fosse finalmente aplicada.-----

----- Por outro lado, tinha-se renovado quase tudo de equipamentos informáticos, além de que entraram novas pessoas e tinham que ter um posto de trabalho. Tinha havido um reforço e no próximo ano essa necessidade já não iria assumir os mesmos valores.-----

----- Em termos de equipamento por exemplo para a higiene urbana, não se previa fazer mais aquisição. Tinham adquirido o equipamento elétrico, muito flexível, que fora muito bem recebido pela equipa. Esperavam adquirir um igual para o outro posto de limpeza. Inclusivamente na aplicação do herbicida, em que não era preciso misturar com água, a própria máquina permitia fazer a mistura à saída da agulheta. Como era elétrico, estavam a avaliar a possibilidade de se candidatar a fundos comunitários e era bom se conseguissem; se não conseguissem teriam que investir talvez no início do próximo ano para terem um equipamento em cada posto de limpeza.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor de PS (9) e PAN (1) e 9 abstenções de PSD (5), PCP(2), CDS-PP (1) e BE (1).-----

----- **Ponto 7 – Análise, discussão e votação de abate de património;**-----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau** disse que levavam à Assembleia alguns bens bastante antigos, cuja vida útil tinha chegado ao seu fim, sendo o mais relevante uma viatura citroen saxo com 18 anos e as idas constantes à oficina já não justificavam o valor da viatura. Portanto, propunha-se o abate desse património. -----

----- Informou que a Junta tinha contratado um jovem recém licenciado em regime de tarefa ou avença para tratar do património e mantê-lo atualizado, uma vez que tinha sido um esforço que diria hercúleo ter a questão do inventário em dia e considerando que em São Jorge de Arroios nem sequer existia qualquer registo sobre o património. Estavam atualmente muito melhor do que antes e conseguiam-se movimentações do património de uma área orgânica para outra, de um espaço físico para outro. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** começou por dizer que o património era um problema em todas as empresas. -----

----- Analisando o mapa que fora fornecido gostaria de saber, exceto a viatura, se eram abates e não vendas e se os abates eram por estarem obsoletos, não trabalharem, ou se era pela sua inexistência. Por vezes acontecia isso, não existiam e dava-se como abatido nas relações. Sabia que em São Jorge de Arroios não havia, mas por exemplo nos Anjos havia. -----

----- Quanto à viatura, estava um valor de venda de 150 euros e gostava de saber como tinha sido calculado, se era um valor de abate, se era um valor de mercado pelo ano de construção, mas por um valor desses punha uma questão: sabia-se que organizações de bombeiros por vezes recebiam esses bens para fazerem exercícios e, portanto, saber até que ponto não seria um critério de doação para exercícios. Não sabia se isso era possível ou não porque às vezes existiam formalidades e não era tão fácil como se pensava, mas punha essa questão. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau** esclareceu que aqueles bens existentes que estavam obsoletos, não trabalhavam. O citroen saxo trabalhava nuns dias e noutros não. De facto havia valores de referência, depois contava o estado da viatura. -----

----- Pedira-se a uma marca proposta para a substituição dessa viatura, um utilitário dos mais baratos e como retoma se aceitaria o citroen saxo. A proposta era de 150 euros, o valor pelo qual o carro era abatido pela marca. Não iriam vender nem colocar o carro no mercado e seria para abate, segundo as informações prestadas. -----

----- Era interessante a questão de um bem passar para outra instituição. A dúvida prendia-se com o procedimento em si, o que seria necessário para fazer essa transferência. Por outro lado, era uma viatura com 18 anos e com problemas mecânicos, de chaparia e de interiores, se calhar tinha custos adicionais para a associação. -----

----- Existia um funcionário que estava interessado no carro mas tinham-lhe dito que seria mesmo para abate. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que a resposta era dada na própria informação, os bens do ponto nº 1 vão para abate devido ao facto dos mesmos já não se encontrarem fisicamente nas instalações da Junta de Freguesia. -----

----- Seguidamente e constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Abate do Património**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor de PS (9), PSD, (5) PCP (1) e PAN (1) e 2 abstenções de CDS-PP (1) e BE (1). [nota: o membro do PCP, João Eduardo Coutinho, estava ausente da sala no momento da votação deste ponto]. -----

----- **Ponto 8 – Análise, discussão e votação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;**-----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo** disse que se submetia à consideração da Assembleia o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas na

sequência da Recomendação 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção. Tratava-se de um documento que enunciava um conjunto de medidas que se propunham adoptar com vista à prevenção desse tipo de infrações. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** lembrou que esse plano tinha estado em discussão na última Assembleia e retirado por sugestão do PCP, visto ter partes que não eram muito aceitáveis. -----

----- Verificava-se com agrado que no novo documento tinham sido retificadas ou retiradas quase todas as observações apontadas e que tinham levado à sua retirada. No entanto, gostaria de fazer alguns reparos e uma proposta de alteração e dizendo desde logo que não punha em questão ele ser posto à votação e as alterações, sendo aceites, colocadas à posteriori. -----

----- Nas definições, por uma questão de coerência e de princípio considerava que elas não estavam em conformidade com aquilo que falaram. Algumas definições mantinham ainda a questão da conduta e do comportamento do funcionário. O abuso de poder, o peculato, a participação económica em negócio, não estavam só da parte do funcionário, era para todos. -----

----- As definições deviam ser generalizadas e se tinham alterado na parte dos princípios, em que se focava os trabalhadores, colaboradores e os eleitos, nas definições devia haver uma alteração. A proposta do PCP até seguia o que se dizia em duas delas , propunha-se que fossem substituídas as expressões “conduta do funcionário” e “comportamento do funcionário” por “de quem por si ou por interposta pessoa...”. Isso ia ao encontro do que por exemplo se dizia em tráfico de influência, “comportamento por si ou por interposta pessoa”. Devia ser generalizado e propunha que essas expressões fossem substituídas. -

----- Igualmente considerava que deveria constar, de acordo com as boas normas de elaboração de um plano de prevenção de riscos, o organigrama da Junta de Freguesia com a definição e a identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direção do órgão dirigente máximo, nesse caso a Presidente da Junta de Freguesia.

----- Uma vez que se exigia da administração pública que tomasse as decisões mais adequadas e eficientes, mas que o fizesse de uma forma clara e transparente, que a Constituição da República Portuguesa garantia, no artigo 268, que o direito que assistia a todos os cidadãos de serem informados pela administração, sempre que o requeressem, sobre o andamento dos processos em que fossem diretamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles foram tomadas e ainda o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos sem prejuízo do disposto na Lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas; -----

----- Que estivesse garantida liberdade de acesso aos arquivos administrativos; -----

----- Que a transparência na tomada de decisões era um dos assuntos de mais destaque e relevância; -----

----- Que apesar de haver referência no plano ao princípio da informação e qualidade, considerava também que devia estar especificamente consagrado o princípio da disponibilização da informação e o princípio do arquivo aberto e da simplificação administrativa. -----

----- Era uma proposta de alteração e outra para que fossem integrados esses dois princípios e o ponto que referira. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que concordava com a última intervenção. -----

----- Nos procedimentos pré-contratuais, considerava que nas medidas propostas devia estar incluída a publicitação em suportes da Junta de Freguesia dos critérios para o concurso. Também deviam ser publicitados os critérios de avaliação dos diferentes candidatos, indicando a classificação que cada um deles obtinha e os vencedores,

indicando os critérios subjacentes à sua seleção, assim como publicados os critérios que levaram à rejeição dos restantes candidatos. Isso para que se tornasse completamente transparente quais os dados considerados para a seleção.-----

----- Na área dos apoios atribuídos, nas medidas propostas devia ser publicitado, e congratulava-se por ver a indicação de que seria criado um regulamento para atribuição de apoios, mas era importante para a transparência que fossem publicitadas as verbas e o tipo de apoio atribuído às diferentes instituições. -----

----- **Membro Miguel Matias (PSD)** disse que tinha ficado contente na última Assembleia quando retiraram a proposta e tinham dito que iriam verificar, porque fora chamado à atenção, nomeadamente da sua parte, que o que estava ali não era mais do que intenções e que na sua opinião pouco serviria para precaver a corrupção, mas sim para mostrar às pessoas o que elas queriam ouvir, um pouco à semelhança do que estava na moda por alguns partidos políticos.-----

----- Por exemplo no recrutamento de pessoal, “não intervenção nos procedimentos de seleção e avaliação de pessoal de pessoas com relação de proximidade”. Na avaliação ainda percebia, porque trabalhavam juntos e era normal que houvesse uma empatia entre as pessoas, mas selecionar e contratar pessoas que eram próximas, familiares, tudo o que fossem avençados, isso não devia ser possível e se a ideia era a transparência devia ser uma das coisas logo retirada à partida.-----

----- Achava interessante implementar um sistema de controle de assiduidade. Perguntou se isso significava atualmente que as pessoas podiam não ir trabalhar e não se saber. Parecia ser o que estava escrito, porque se era para implementar era porque não existia.

----- Procedimentos pré-contratuais, era com alguma satisfação que via ser mais utilizado o portal Base, coisa que não acontecia no início, mas a colocação no portal Base de um contrato que dizia ter sido adjudicado a alguém um serviço no valor tal, de acordo com o que estava no caderno de encargos, para a maior parte das pessoas não dizia nada porque não tinham conhecimento do caderno de encargos. Se realmente o interesse era a transparência e tendo em conta que a maior parte dos fregueses trabalhavam, tinham algumas dificuldades em deslocar-se à Junta e pedir a consulta de documentos, talvez se devessem colocar no sítio em linha. -----

----- Uma das coisas onde normalmente aconteciam muitos desvios era nas despesas de representação, pelo que deviam ser mostradas as despesas de representação no sítio em linha, serem divulgadas.-----

----- Depois, no final, “cabe ao órgão executivo assegurar a realização de um controlo com a calendarização a definir” e depois esse mesmo relatório anual de execução era apresentado ao órgão executivo. Isso cheirava um pouco a “pescadinha de rabo na boca”, fazia um relatório que apresentava a si próprio, o que era tudo menos transparente. Mais uma vez deveria ser distribuído na Assembleia e colocado no sítio em linha. -----

----- Era apologista da existência desse plano, o PSD concordava, mas não nos moldes que estavam ali, porque era o mesmo que na próxima Assembleia estar uma carta de recomendação em que a Junta de Freguesia ia criar um conjunto de intenções para a paz mundial. Era muito bonito mas não servia para nada. Portanto, como estava iria ser votado contra pela bancada do PSD. -----

----- **Membro Pedro Louro (PS)** disse que não era para intervir mas entretanto tinha ouvido uma referência à alteração dos conceitos, nomeadamente das definições. Acontecia que as definições que ali estavam eram legais, constavam do Código Penal e alterando as definições estava-se a alterar o conteúdo do ilícito. -----

----- Percebia a bondade e a intenção da proposta, mas era impossível. Não se podia alterar o que era definido pela Assembleia da República. Era uma definição legal, não era da Assembleia de Freguesia. -----

----- Em relação aos procedimentos concursais, tinham todos que respeitar o que estava no Código da Contratação Pública, não podiam inventar e pôr mais ou menos. -----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo** começou por agradecer os diversos contributos, que seguramente serviriam para melhorar a prática, aproveitando as sugestões. O Executivo não fazia finca-pé em aprovar o documento só por aprovar e se chegassem à conclusão que havia melhorias significativas a introduzir não tinham qualquer tipo de problema em retirar, melhorar e apresentar novamente o documento à consideração da Assembleia. -----

----- Importava referir que grande parte das sugestões apresentadas não colhiam totalmente. Eram definições legais e a definição de funcionário englobava os trabalhadores subordinados e os próprios eleitos. Qualquer um era funcionário no sentido amplo, englobando todo o pessoal com contrato para prestação de um serviço público. Bastava recorrer ao conceito de funcionário no artigo 386 do Código Penal e, portanto, não podiam interpretar isso de uma forma algo preconceituosa e partindo do pressuposto que o Executivo visava apenas atingir os trabalhadores e deixando de fora os eleitos ou o pessoal com outro vínculo à autarquia. Não era essa a intenção, nem faria sentido que o fosse. -----

----- O próprio Executivo estava abrangido por esse conceito. O que se estabelecia para os trabalhadores obviamente também valia, até por maioria de razão, para todas as pessoas que exerciam cargos de direção, pelo menos no que dizia respeito à Junta de Freguesia de Arroios. -----

----- Relativamente ao acesso aos documentos administrativos, com o devido respeito, seria um pouco como “chover no molhado”, na medida em que a obrigação de acesso aos documentos administrativos já constava da Lei. A Lei de Acesso aos Documentos Administrativos estabelecia que todo e qualquer administrado podia obter junto de qualquer entidade administrativa, nomeadamente as autarquias locais e nomeadamente as Juntas de Freguesia, tinha acesso nos termos previstos na LADA a todos os documentos administrativos no que respeitava a processos já concluídos. -----

----- Se houvesse um processo em que fosse interveniente direto, tinha acesso também à luz do Código do Procedimento Administrativo aos documentos. -----

----- Estar a frisar novamente isso não valia a pena, porque o administrado tinha direito de acesso aos chamados arquivos administrativos, a qualquer documento que constasse de processo já findo, não tendo que invocar sequer razões particulares para aceder a esse documento. Isso já constava da legislação. -----

----- O mesmo se dizia, talvez até com mais pertinência, àquelas pessoas que estavam envolvidas em processos junto de entidades administrativas. Também tinham o direito de acesso ao processo, ainda mais reforçado, para fazer valer os seus direitos. -----

----- Não podiam ter a preocupação de cobrir todas as situações. Obviamente que isso decorria do princípio da transparência mas esse princípio, no que respeitava ao acesso aos documentos administrativos, já estava perfeitamente acautelado. Tudo o que dissessem era excessivo e não ia acrescentar nada em relação aos direitos já reconhecidos. -----

----- Relativamente ao enunciado dos critérios para seleção de candidatos, havia obviamente registo quando havia concurso para esse efeito. Quando havia um processo tendente à contratação de pessoal existia um registo de todo esse processo, sob a forma de ata, e obviamente que essas atas eram abrangidas no tal direito de acesso aos documentos administrativos. -----

----- Quanto às verbas atribuídas às diferentes entidades, podiam consultar as atas das reuniões do Executivo, que estabeleciam os montantes atribuídos a cada entidade que solicitasse com finalidade de apoio social, com a devida fundamentação e com a devida justificação. -----

----- Relativamente aos cadernos de encargos, esse assunto também era abrangido pela Lei de Acesso aos Documentos Administrativos. -----

----- No que dizia respeito às despesas de representação, não tinham despesas de representação.-----

----- Tudo somado e considerado, não sabia se era caso para retirar a proposta. Naquilo que procurara responder às diversas intervenções e sugestões, parecia-lhe que teria sido um esclarecimento minimamente satisfatório. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau** esclareceu que anteriormente o portal Base não permitia anexar qualquer documento, só recentemente o permitia. Basicamente, o caderno de encargos era um convite, o fornecedor respondia e acabava por se formalizar no contrato. -----

----- **Membro Miguel Matias (PSD)** disse que no portal Base estava o contrato e, se abrissem o contrato, o que dizia era que tinha sido adjudicado de acordo com o caderno de encargos, ponto final. -----

----- Se lessem as atas das reuniões de Executivo que eram publicadas, o que se dizia era que tinha sido aprovada a proposta número tal, ponto final. Isso, em termos de transparência era zero.-----

----- Mais uma vez voltavam ao mesmo. Podiam ir à Junta ou pedir toda essa informação, mas as pessoas trabalhavam e algumas delas com horários bastante complicados. Se queriam ser transparentes podiam dar a informação às pessoas em casa, elas registavam-se e havia maneiras informáticas de garantir a identificação da pessoa para poder ter acesso aos documentos. Aceitava que não pudesse aceder a um documento sem se identificar, mas aí podia fazer um pedido à Junta de acesso a esses documentos, dando a identificação e podendo a partir daí consultá-los. Existiam métodos informáticos para verificar quem acedia e quando acedia.-----

----- Se o interesse era a transparência, era pouco apenas dizer que tinha sido aprovado ou que o contrato fora adjudicado à entidade tal num certo valor. Por exemplo, se estivessem a falar de um carro e lhe dissessem que o carro era adjudicado de acordo com o caderno de encargos e custava 30 mil euros, isso não lhe dizia nada. Podia ser um carro com todos os extras ou ser um carro base de trabalho que custava 30 mil euros. --

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que, perante a referência a que as definições eram constantes da Lei e não podiam ser alteradas, então o PCP fazia uma proposta para que fosse feito um aditamento ao documento onde se dissesse que “as definições consideram-se alargadas aos eleitos e outros colaboradores”. Ficavam as definições exatamente como estavam e fazia-se esse aditamento.-----

----- Podia-se também referir que o acesso aos documentos estava legislado pela Lei, dizendo qual era a Lei. -----

----- Quanto às despesas de representação, diziam que não havia e o assunto estava resolvido, mas não havia no presente e podia haver no futuro. Sabiam que a gestão de riscos era um processo sempre em mutação, estava sempre a ser analisado e revisto, nunca estava acabado e não fazia nenhuma diferença se elas existiam ou não.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que a alegação dos pontos estarem na Lei e por isso não serem colocados nos regulamentos, não lhe parecia uma alegação de quem estava a propor um regulamento que permitisse aos cidadãos entenderem como poderiam concorrer. -----

----- Por outro lado, queria diminuir-se o risco de corrupção e que as pessoas conhecessem o regulamento. Portanto, se conseguiam em muitas situações transcrever os aspetos da Lei, de modo a torná-los claros, como fizeram no Regimento da Assembleia de Freguesia e faziam nos regulamentos e normas que criavam, também deviam colocar aí que os cidadãos podiam consultar os documentos da administração pública e as atas e não se perdia nada em dizer quais eram os valores. Tornava muito mais claro para todos os que liam.-----

----- Queria-se que o documento fosse entendido por pessoas com uma elevada literacia para o Direito e que conseguiam ler com clareza as Leis, mas também para os que tinham baixa literacia nesses assuntos. Tinham que ser transparentes e claros quando queriam ser transparentes e claros. -----

----- Não lhe parecia que remeter todas as críticas para assuntos constantes da Lei fosse forma de tornar os documentos fáceis de ler para o cidadão comum. -----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos** disse que, em relação à questão colocada pelo PSD sobre as atas, até ficava muito satisfeita que essa preocupação fosse igual à do Executivo, que também queria a transparência. Com base nisso, na anterior Assembleia tinha sido levantada a questão pelo Membro Júlio Sequeira e ficara claro. -----

----- A Junta de Freguesia, com base no historial das outras Freguesias e no momento podia dizer que não era só Carnide, Lumiar e Arroios que tinham as atas online, mas também o Parque das Nações, a Junta decidira colocar online a ata em minuta, que era reduzida e permitia em poucos dias ser colocada online. Contudo, disponibilizava-se o acesso das cópias a todas as pessoas que o pretendessem e isso já tinha acontecido para o Membro Júlio Sequeira e para um jornalista. Entretanto combinara com ele que logo que tivesse as atas referentes a 2015 lhe comunicava e curiosamente até tinha consigo cópia do e-mail que lhe enviara no dia anterior às 18h.59m, do seguinte teor: -----

----- “De acordo com o combinado, informo que a partir da próxima segunda-feira, dia 29, poderá passar nas nossas instalações no Bairro do Intendente a fim de lhe serem facultadas cópias das atas referentes ao período de janeiro a abril de 2015. Por razões de ordem interna ainda não é possível disponibilizar as restantes atas. Em breve darei mais informações.” -----

----- Só estava a referir aquilo que tinha sido transmitido na Assembleia como uma decisão. Era uma opção e as opções eram também para serem respeitadas, independentemente de se poder melhorar. Não era estática, era até muito dinâmica e muito aberta às novas tecnologias e estava contente porque era um princípio ótimo para o PSD, que por exemplo na Junta de São Jorge de Arroios a transparência era de uma enorme opacidade. -----

----- Disse que o País só lucrava com gente transparente e que dava conta do que fazia. O Orçamento e tudo o que a Junta tinha era para bem gerir, porque era para o bem comum. -----

----- Podia-se pedir por e-mail, dizendo qual o período, a Junta facultava as cópias das que existissem, porque por exemplo tiveram pouco tempo antes que cortar dois nomes da ata, um sem-abrigo e outra pessoa. Era esse trabalho que se fazia e logo elas ficavam disponíveis. -----

----- Se quisessem aceder, teria muito gosto em mostrar a todos os fregueses toda a informação que já tinham. -----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo** disse que, relativamente à divulgação dos apoios, em muitas sessões públicas do Executivo eram decididos esses assuntos e com discriminação do montante do apoio concedido à entidade. Eram sessões públicas e havia pessoas que habitualmente estavam presentes nessas sessões públicas, tomando

conhecimento direto e em tempo real do montante do apoio à entidade em causa e do fundamento apresentado.-----

----- **Membro Miguel Matias (PSD)** disse que concordava e que tinha acesso às atas, já as lera, mas voltava a tocar no ponto. No seu caso, se fosse preciso, tinha disponibilidade para passar lá o dia, mas tinha noção que 99% da população portuguesa trabalhadora não a tinha e se o objetivo era a transparência, nada como dar essa informação sem terem que lá ir. -----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo** referiu que iriam acolher algumas das sugestões apresentadas e sugeriu que se sujeitasse a proposta à aprovação na Assembleia com essa reserva, de que as questões relativas à definição do conceito de funcionário, que constava aliás do Código Penal, artigo 386, e os próprios direitos de acesso ao processo, quer a processos já concluídos, quer a processos em curso que envolvessem diretamente a pessoa em causa, no fundo era uma transcrição das normas legais em causa, constasse também desse plano. -----

----- Colocava-se à consideração da Assembleia com a indicação do aditamento das duas menções ao nível das definições legais e, após eventual aprovação do documento com os aditamentos por parte da Assembleia, na próxima reunião de Executivo aprovariam o documento com esses dois aditamentos. Era isso que colocavam à consideração da Assembleia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** solicitou ao PCP que formalizasse a sua proposta, para ser colocada à votação o regulamento com esse aditamento. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação o **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**, com o aditamento, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor de PS (9), PCP (2) e PAN (1), 6 votos contra de PSD (5) e BE (1) e 1 abstenção de CDS-PP. -----

----- **Membro Miguel Matias (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“A bancada do PSD queria afirmar que não é contra o controle de corrupção, é contra sim documentos votados não na sua versão final e que sejam ambíguos e que não tragam nada de novo. Mais uma vez somos a favor do controle da corrupção, mas só votamos documentos finais”*. -----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo** disse que compreendia, comprometendo-se a apresentar na próxima Assembleia de Freguesia o documento tal como aprovado em reunião de Executivo, para confirmação de que os aditamentos apresentados seriam efetivamente introduzidos. -----

----- **Ponto 9 – Apreciação do relatório da auditoria das Contas de Gerência 2010/2012 da extinta Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que o documento tinha seguido sem a folha número cinco, que fora depois enviada mas não tinha sido impressa, pelo que seria distribuída a folha em falta. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau** esclareceu que o relatório da auditoria técnico-finaceira tinha sido solicitado pelo Executivo, chegara recentemente e considerara-se fundamental partilhá-lo com a Assembleia de Freguesia. -----

----- No entendimento da Junta revelava indícios de administração danosa imputável a autarcas da extinta Junta de São Jorge de Arroios. Com base nesse documento, a Junta de Arroios tinha o dever legal de denunciar essas situações para que se desenvolvesse uma investigação pelo Ministério Público. No entanto, essa iniciativa não colidia com outras que pudessem ter sido iniciadas, como era o caso da inspeção do IGF que se encontrava em segredo de justiça. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que o relatório era bastante complexo, aliás como qualquer relatório de auditoria, e uma das coisas com que se congratulava era

com a apresentação da apreciação desse relatório à Assembleia. Também registava com agrado a Junta ter intentado procedimento criminal, segundo o que se referia na Proposta nº 42. Gostaria de saber mais pormenores, quando e que procedimento criminal. -----

----- Quanto ao relatório propriamente dito, devido à complexidade e à sua importância, o PCP reservava o direito de, após uma análise mais profunda, tomar no futuro uma posição pública e/ou na Assembleia. Isso porque considerava o relatório, que se apresentava com um carácter muito técnico, incidente sobre o cumprimento das regras e princípios da elaboração legalmente definidos e não refletia a dimensão do valor correspondente às irregularidades apontadas, assim como não eram bem definidas responsabilidades sobre os procedimentos irregulares.-----

----- Quando se referia que, dentro da amostragem dos documentos observados, a percentagem de documentos inválidos era em 2010 – 34%, em 2011 – 34%, em 2012 – 56%, significava que se extrapolassem para o universo de 100% nos três anos quase que se atingia o valor de 700 mil euros de documentos que estavam em situação irregular. -

----- Não se sabia o que eram essas irregularidades, podiam ser simples procedimentos que por não cumprirem as regras não eram considerados regulares, não estavam dentro das normas, ou podiam ser pagamentos de despesas inexistentes. Era muito dúbio pois o relatório não dava a informação precisa. -----

----- Quem trabalhava em contabilidade sabia, se tivessem qualquer inspeção na empresa era sempre assim, era sempre qualquer coisa encontrada, que faltava ali algo. O faltar algo era muito diferente de ter sido feita uma despesa irregular, um pagamento a uma entidade inexistente, ou que não observava os devidos procedimentos de concursos, etc. Havia diferenças e no relatório as coisas eram postas todas no mesmo pé de igualdade.

----- Os auditores também referiam a inexistência de extratos bancários, pastas de arquivo, livros de cheques e outros, mas não apurava sobre extravio por exemplo por desleixo ou por dolo, alguém que tivesse agarrado nas pastas e levado. Os documentos não apareciam, havia algo que ali não estava. -----

----- As conclusões referiam que: -----

----- “Consideramos não estar em condições de concluir a respeito da razoabilidade da informação financeira preparada e a respetiva divulgação. Não podemos garantir que a prestação de contas refletia todos os movimentos reais ocorridos na Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios durante os períodos em análise, nem tão pouco todos os documentos de suporte se encontrem adequadamente refletidos contabilisticamente. ---

----- Face ao exposto e pese ainda o facto de os documentos referentes ao período 2013 não se encontrarem devidamente arquivados de acordo com um critério contabilístico válido e aceitável, considerámos que deveriam ser suspensas as análises efetuadas àquele exercício, por motivos que nos são totalmente alheios.” -----

----- Sobre esse último ponto das conclusões tinha uma questão, se a suspensão da auditoria ao exercício 2013 tinha sido por decisão dos auditores ou do Executivo da Junta.-----

----- **Membro Nuno Pereira da Cruz (PSD)** começou por dizer que achava bem o Executivo da Junta, politicamente, intentar os procedimentos criminais que entendessem, por variadíssimas razões e, aliás, vários dos seus Membros tinham assistido ao longo dos vários anos. Outros já o tinham feito, qualquer freguês podia fazer a denúncia para despoletar um procedimento criminal. O que achava estranho era que dessem a entender que estavam a fazê-lo devido a irregularidades que saltavam à vista da auditoria.-----

----- Não achava que o relatório da auditoria fosse muito complexo, ou de difícil interpretação, até o achava bastante simples. Já tinha visto alguns e não se recordava de ver uma coisa tão simples. Repetia-se muito, para além de ser completamente

inconclusivo e daí não se poder retirar nenhuma irregularidade ou indício criminal. Parecia que o Executivo, querendo fazê-lo, justificava com isso, mas podiam fazê-lo e não precisavam disso. -----

----- Aquele relatório de auditoria não provava nem demonstrava qualquer irregularidade que motivasse um procedimento criminal. Aliás era bastante técnico, só ia a aspetos mais técnicos e coisas que nem se percebia bem do que se tratava. -----

----- Havia um parágrafo que achava muito interessante, em que diziam que analisaram as contas de 2010 a 2012 e consideraram que 2013 era igual. Não tinham ido ver as contas de 2013 porque, segundo o parágrafo na página seis, entendiam que as contas de 2013 seriam certamente iguais. Isso era de uma má fé e de uma desonestidade intelectual extrema. Os Membros da Assembleia de Freguesia e do Executivo sabiam perfeitamente que em dezembro de 2012 havia Membros da Assembleia que subiram para o Executivo e, portanto, a realidade do Executivo de 2010 a 2012 era diferente da de 2013, mas dava-se a entender que era tudo a mesma coisa, que os procedimentos tinham sido sempre os mesmos e isso não era verdade. -----

----- Era preciso ter memória. Sempre estivera na Assembleia de Freguesia, exceto no ano de 2013, nessa tal eleição de dezembro de 2012. Era Membro da Assembleia de Freguesia desde 2001 e durante esse período tinha havido um Presidente de Junta do PSD e o grupo do PSD na Assembleia forçara a sua saída, porque tinha uma conduta que não se coadunava com os princípios do partido. Conseguiram fazê-lo, porque tinham na altura maioria e um grupo coeso. -----

----- Toda a gente sabia que no último mandato da Freguesia o PSD estava sequestrado. As histórias à volta disso eram públicas, várias vezes referidas na Assembleia, eram do conhecimento de toda a gente. Também sabiam que um Presidente de Junta não se demitia, ninguém conseguia demiti-lo, ou saía pelo próprio pé ou eram convocadas eleições. Aliás, aconteceram várias reuniões políticas entre os partidos da Assembleia exatamente para tentar arranjar soluções políticas para um problema que estava à vista de todos. Toda a gente sabia que o PSD não conseguia resolver e que estava contra a situação. -----

----- Dizerem que o PSD era isto ou aquilo era desonesto. O PSD não faria isso. -----

----- Em dezembro de 2012 só subiram três pessoas para o Executivo quando o Presidente estava sozinho havia muito tempo. Aliás, as contas de 2010 a 2012 nunca chegaram a ser aprovadas, nunca tinham passado pela Assembleia, o Presidente às tantas perdia o Executivo e era ele sozinho. Não tinha sido possível encontrar uma plataforma de entendimento político para assegurar o funcionamento normal da Junta, todos se recusaram e fugiram às suas responsabilidades para com a população. -----

----- Era uma Junta que estava a viver em duodécimos, a um ano de eleições e ninguém na Assembleia de Freguesia tivera responsabilidade política para tentar viabilizar alguma coisa e tentar controlar, fiscalizar melhor, etc. O que tinha acontecido em dezembro de 2012 era que havia funcionários que não recebiam as suas remunerações. Vivia-se o caos e sabia que muitos gostavam de viver no caos, mas no seu caso não gostava e nessa altura três pessoas, com sentido de responsabilidade e a pensar nos fregueses, sabendo que haveria eleições dentro de 8 a 9 meses, arranjam maneira de viabilizar isso. -----

----- As considerações de analisarem as contas de 2010 a 2012 e por isso 2013 ser a mesma “porcaria” era uma coisa inaceitável e admirava-se como técnicos podiam fazer afirmações dessas. Para afirmar que 2013 era igual às outras tinham que auditá-las, que analisá-las e dizer porquê, não era por “31 de boca”. Pedia desculpa, mas aquele documento era muito “31 de boca”. -----

----- Perguntou se o banco não dava os extratos bancários, porque a Junta podia chegar ao banco e pedir os extratos bancários dos anos anteriores. Tinha como saber o extrato bancário, ia ao banco e estava lá o histórico.-----

----- Não estava a dizer que não houvesse outros indícios que suportassem um procedimento criminal, estava a falar dessa auditoria e estava a analisar esse relatório, que não tinha esses indícios.-----

----- As irregularidades que o relatório falava deviam ter, infelizmente, acontecido pelo País fora nas centenas de Freguesias. Umhas mais e outras menos, umas com melhor organização que outras, umas com pessoas de maior formação e outras com menos, mas deviam ter acontecido. Estavam a mencionar uma série de coisas que, infelizmente, muitas vezes eram banais e era feito com muito pouco rigor. Não se dizia ao certo que irregularidades havia nos documentos. -----

----- No recibo que faltasse um número era uma irregularidade, mas isso não era significado que alguém andasse a meter a mão, ninguém podia tirar essa ilação. Estavam a tirar ilações que eram graves e deviam ter cuidado quando as faziam. -----

----- Esperava que o relatório fosse um trabalho interessante e produtivo, que ajudasse a todos, mas não ajudava em grande coisa. A sua conclusão eram 16 linhas. Havia uma auditoria aos anos 2010, 2011 e 2012 e lia a conclusão em 30 segundos. Aliás, na conclusão os auditores não diziam nada daquilo que o Executivo depois dava a entender que diziam. Não tipificavam nenhum tipo de crime, não diziam indícios, falava-se simplesmente numa série de irregularidades. -----

----- Também não percebia a última parte da conclusão: “Face ao exposto e pese ainda o facto de os documentos referentes ao período 2013 não se encontrarem devidamente arquivados de acordo com um critério contabilístico válido e aceitável, considerámos que deveriam ser suspensas as análises efetuadas àquele exercício, por motivos que nos são totalmente alheios.” Não conseguia perceber essa frase, mas se calhar o problema era seu.-----

----- Uma coisa era politicamente quererem agir e achava muito bem que o fizessem, como qualquer pessoa podia fazer, mas assumi-lo, porque o relatório da auditoria não dizia isso.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** comentou que o Membro Nuno Pereira da Cruz tinha muitas vezes referido a Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios como “esta Assembleia”, mas a Assembleia já era diferente, resultara da agregação de três Freguesias, Pena, Anjos e São Jorge de Arroios.-----

----- **Membro Vitor Carvalho (PS)** começou por congratular o Executivo por ter submetido a auditoria à apreciação da Assembleia de Freguesia, que não era obrigado a fazê-lo. Aí se provava que o Executivo queria de uma forma clara e transparente colocar à Assembleia todas as questões que considerasse pertinentes. -----

----- Disse que o PS dava toda a solidariedade política e institucional ao Executivo nas medidas que entendesse proceder com base nessa auditoria, em que o Executivo considerava haver indícios de irregularidades. -----

----- Queria começar por comentar algumas das declarações do Membro Nuno Pereira da Cruz. Realmente louvava a forma como este quisera de alguma maneira branquear a atuação do Executivo do PSD e do CDS na antiga freguesia de São Jorge de Arroios durante os dois anteriores mandatos. De alguma forma ele quisera dizer que a responsabilidade de tudo o que se tinha passado no mandato do PSD e do CDS não era do Presidente e dos Membros do Executivo, que como todos sabiam foram abandonando o Presidente até ele ficar sozinho. De alguma forma não queria assumir que fora um problema criado pelo PSD e pelo CDS. A responsabilidade seria dos “malandros” Membros da Assembleia de Freguesia que não viabilizaram politicamente um

Executivo, mas todos sabiam que o PSD e o CDS ganharam as eleições e que cabia a estes partidos indicar os membros do Executivo. -----

----- Relembrou que o PSD, no Executivo da antiga Freguesia de São Jorge de Arroios, desde 1997 que tinha a Presidência da Freguesia, com Samuel Dinis, Artur Madeira, Maria Luisa Teixeira e finalmente João Taveira. Desde 1997 que era gerida pelo PSD juntamente com o CDS. -----

----- Referiu que tinha sido Membro da antiga Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios, assim como o Membro Nuno Pereira da Cruz, que era famoso pelas suas tentativas de branquear situações em que “só um cego é que não vê”. Tinha tentado demonstrar que o Executivo de São Jorge de Arroios não tinha responsabilidade nenhuma por tudo o que acontecera. -----

----- Ora, tinha sido um problema criado pelo PSD, a lista tinha sido criada pelo PSD, não pelos outros Membros da antiga Assembleia de Freguesia. Não tinha sido o PS que havia obrigado o PSD a ter pessoas na sua lista que eram independentes e que depois foram abandonando o seu Presidente. Não era a antiga Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios que obrigara à constituição de uma lista que, pelos vistos, em termos internos, havia dois PSD, senão mesmo três, e muito menos fora a Assembleia de Freguesia que logo no mês da tomada de posse do Executivo começara a abandonar o Presidente até ter ficado sozinho. -----

----- Não o admirava a intervenção do Membro Nuno Pereira da Cruz, porque este era do partido que gerira, e mal, principalmente nos dois últimos mandatos, a antiga Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios. -----

----- Não culpabilizava o antigo Presidente, mas sim o partido que o apoiara até ao fim. Não se recordava em nenhuma Assembleia de Freguesia de ter ouvido os Membros do PSD a retirar o apoio político ao seu Presidente de Junta. Pelos vistos tinha havido reuniões internas do próprio PSD no sentido de isso acontecer, era uma questão do PSD, mas o facto concreto era que essa instabilidade do PSD na antiga Freguesia de São Jorge de Arroios criara gravíssimos problemas à Freguesia de São Jorge de Arroios e estava a criá-los à atual Freguesia de Arroios. Disso não tivessem qualquer dúvida. -----

----- O relatório tirava ilações e ia só mencionar algumas das conclusões:-----

----- Havia inexistência de inventário de património.-----

----- Havia inexistência de contratos de adjudicação, de aquisição de bens ou de prestação de serviços o que era curioso, porque já tinha ouvido elementos do PSD e do CDS acusar o atual Executivo de Arroios de não ser transparente, de não mostrar os seus contratos, de não os colocar no site e, afinal de contas, vinha o relatório dizer que na antiga Freguesia de São Jorge de Arroios havia inexistência de contratos de adjudicação. -----

Depois, o relatório dizia mais: “incumprimento de prazos legais para entrega de retenções de IRS, quotizações e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, que têm gerado consecutivas coimas e instauração de processos contra a Junta de Freguesia”. Não estava a inventar, isso estava no relatório. -----

----- Dizia também: “cheques emitidos ao portador, impossibilitando a identificação de beneficiários”. Para quem queria clareza, que tudo fosse claro e limpo, era estranho.

----- Dizia ainda: “divergência entre os valores da guia de pagamento das despesas e o valor constante nos documentos anexos”. -----

----- Mais ainda: “pagamento de valores em refeição e combustível sem que conste o NIF, o que impossibilita confirmar ou garantir que despesa associada aos funcionários no âmbito das suas funções”. -----

----- “Atribuição de verbas para pagamento de refeições a funcionários, cujos documentos de suporte apresentados evidenciam mais que uma refeição para o mesmo dia e no mesmo período horário.” Era estranho.-----

----- “Pagamentos de despesas sem qualquer fatura ou documento equivalente anexo ao registo contabilístico.”-----

----- Era claro que havia irregularidades, só não via quem não queria. Por mais que o PSD fosse dizer à Assembleia que o relatório era mais ou menos técnico e que não chegava a qualquer conclusão, todos os que pertenciam à antiga Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios sabiam que as coisas não correram bem.-----

----- O próprio Tesoureiro, António Bacalhau, tinha dito e com razão que a Informação do Presidente era uma folha A4 que nem verso tinha.-----

----- Todos sabiam que muitas das vezes o Presidente do PSD não andara fisicamente em vias de facto com os Membros do seu próprio partido porque outros Membros da Assembleia de Freguesia o tinham impedido. Portanto, não fossem dizer que as situações tinham sido criadas pelos “malandros” da antiga Assembleia de Freguesia, a qual inclusivamente no final do mandato viabilizara o Executivo, coisa que durante dois anos o PSD não conseguira porque indicava pessoas para fazer parte do Executivo que eram surpreendidas na própria Assembleia, pois nem sabiam que tinham sido indicadas.

----- O PSD não tinha conseguido viabilizar um Executivo, devido às divergências do próprio PSD e CDS, porque havia três PSD e havia dois CDS. Portanto, se não havia Executivo e se o Presidente tinha ficado sozinho, a culpa era do PSD e do CDS, não era da antiga Assembleia de Freguesia.-----

----- Tinha de facto havido reuniões entre os vários partidos no sentido de se colmatar a situação e isso não fora possível porque era necessário o apoio de pessoas do PSD, só que as próprias pessoas que tinham sido eleitas pelo PSD votavam contra o próprio Executivo. Portanto, se não havia viabilização dos Membros do Executivo não era porque a Assembleia não o conseguisse fazer, era porque o PSD não conseguia indicar pessoas para constituir o Executivo.-----

----- No final, em 2013, o PS ajudara a viabilizar um Executivo com um número mínimo de pessoas para tentar de alguma maneira resolver essa situação.-----

----- Essas questões tinham que ser encaradas com realidade e não deviam tentar fazer uma visão revisionista da história. A culpa do que acontecera era do Executivo do PSD e do CDS e não da Assembleia de Freguesia, como se tentara de alguma maneira dar a entender, ao dizer-se que nenhum partido da Assembleia estivera disponível para ajudar a resolver uma situação.-----

----- Se chegaram à situação que chegaram, a responsabilidade era do PSD, que geria os destinos da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios desde 1997. Era bom que as pessoas se recordassem, porque por vezes a memória era curta e o que o Membro Nuno Pereira da Cruz tentara fazer não era leal e não era verdade.-----

----- Era bom não esquecer as discussões que tinham tido com o ex Presidente de São Jorge de Arroios, completamente isolado e os outros Membros do PSD, pelo menos três ou quatro, a fazer oposição, por vezes mais oposição que a própria oposição na Assembleia de Freguesia, o que era completamente ridículo. Tinha assistido a sessões da Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios em que nunca tinha visto nada parecido.-----

----- Não tentassem branquear uma situação que não tinha sido criada por mais ninguém senão o PSD e o próprio CDS, em que no final o próprio Secretário abandonara o Presidente, ficando este completamente sozinho.-----

----- Queria terminar da mesma forma que começara. O Executivo tinha toda a legitimidade para tomar as iniciativas que quisesse.-----

----- Não lhe cabia a si dizer se era crime ou não, mas havia indícios de irregularidades, o Executivo chegara a essa conclusão e, portanto, tudo deveria ser esclarecido. Se todos falavam em ter uma administração mais clara, mais transparente, em que os cidadãos tivessem acesso a tudo e mais alguma coisa, então que o Executivo levasse até às últimas consequências esses indícios de irregularidade e depois as instâncias competentes iriam analisar.-----

----- Não estava a dizer que era crime ou não, se tinham tirado ou não. O que estava a dizer era que, segundo o relatório, o Executivo entendia haver indícios de irregularidades e nesse caso a Junta intentara um procedimento criminal que iria apurar responsabilidades.-----

----- **Membro Pedro Louro (PS)** referiu que era um relatório de uma sociedade de ROCs e não se podia esperar que fossem referir que tinha havido ilegalidades ou crimes. Era uma análise financeira e a terminologia dos ROCs era “desconformidade” e “irregularidades”.-----

----- A participação criminal que tinha sido feita era quem teria que apurar, o Ministério Público teria que apurar se essas desconformidades correspondiam ou não a crimes.-----

----- O relatório apenas continha aquilo que tinha sido pedido aos ROCs, uma análise financeira, onde encontraram muitas desconformidades e irregularidades. O Ministério Público apuraria se eram crimes ou não.-----

----- **Membro Nuno Pereira da Cruz (PSD)** disse que não tentava branquear nada, nem agora nem no passado. Podia mostrar as suas intervenções, que no passado algumas foram incómodas e outras lembravam a realidade.-----

----- Voltava a pôr um pouco a verdade dos factos. Aliás, havia atas, estava tudo documentado, era ler as atas todas. Antes não sabia, mas havia no tempo em que lá estivera e deviam estar na Junta, tinha-as assinado.-----

----- Não tinha culpado a Assembleia de Freguesia por nada. Aliás, nas conversas que tivera, particulares ou não, nunca tinha desculpado o PSD, nem tinha “sacudido a água do capote”, tanto que ficara até ao fim. Obviamente que o problema existente nos últimos anos no Executivo de São Jorge de Arroios tinha sido um problema do PSD, mas na sua intervenção não encontravam o contrário.-----

----- Tinha dito que o relatório da auditoria juntava tudo e baralhava, que tinham visto as contas de 2010 a 2012 e em 2013 seria a mesma coisa, o que era inteletualmente desonesto, até porque sabiam que em dezembro de 2012 tinha havido uma alteração. Portanto, era feio e não era sério pôr tudo no mesmo saco.-----

----- Nessa circunstância tinha dito que durante muito tempo tiveram um Presidente da Junta sozinho, que o PSD estava resgatado e sabiam porquê, sabiam as histórias todas à volta.-----

----- Ir para a Assembleia falar como se não soubessem e tivessem todos caído de “páraquedas”, isso era desonesto do ponto de vista político. Na luta partidária não valia tudo.-----

----- Tinha dito que o PSD criara um problema e que o PSD não conseguia a solução para o problema, isso era óbvio, mas isso tinha sido dito Assembleia atrás de Assembleia e estava tudo documentado. Não estava a dizer o contrário, o que dizia era que se tentara várias vezes arranjar solução para o problema e não fora possível, só tinha sido possível na reta final, exatamente por pressões políticas superiores dos dois partidos, que não queriam manter a situação tal como estava.-----

----- Os anos do Executivo tinham sido uma desgraça, o PS tinha ao fim de vinte anos condições, se tivesse uma boa candidata como veio a ter, para ganhar as eleições e ganhara. Nunca ninguém quisera branquear isso, ninguém queria fingir. Aliás, o próprio

Presidente do Executivo tinha concorrido contra o PSD nessas eleições, ele e os restantes dois Membros que estavam com ele em dezembro de 2012. -----

----- Não estava a branquear nada, queria lembrar porque ficara ofendido que no relatório da auditoria dissessem que não viam 2013 e que era igual ao resto. Era isso que achava mal e esperava que as pessoas do Executivo que estiveram presentes dissessem que isso era absurdo, fazer uma ilação dessas, ainda por cima sabendo que politicamente tinha havido uma alteração. Era isso que dizia ser desonesto.-----

----- Obviamente que a responsabilidade tinha sido do PSD e simplesmente queria relembrar como tinha sido todo o processo, porque a auditoria tinha passado por cima e a memória política dos atuais Membros do Executivo que estiveram presentes parecia que também se tinha apagado. -----

----- Não punha em causa que houvesse indícios que levassem a um procedimento criminal. Tinha dito isso. Portanto, a ideia de que tentara branquear alguma coisa não fazia sentido.-----

----- Todos sabiam a história, em certa altura até saíram reportagens na Sábado sobre a Junta. Nada disso era secreto, era tudo público e notório. -----

----- Continuava a dizer uma coisa óbvia, que a auditoria não levava a esses indícios. O que levava a esses indícios e à decisão era a memória política, não era por causa da auditoria. Achava muito bem, mas assumissem politicamente que era isso. Não tinham que se esconder atrás dessa auditoria, até porque era bastante vaga e inconclusiva.-----

----- **Membro Vitor Pinheiro (CDS)** disse que o CDS não rejeitava as suas responsabilidades, mas na devida altura tinha retirado a confiança política ao seu representante na Junta, o que nem sempre se via noutros casos. A justiça que apurasse os factos, porque no campo político o CDS tinha feito a sua parte.-----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau** referiu que estavam a pagar dívidas de São Jorge de Arroios, ainda durante a presente semana tinha chegado mais uma fatura em telecomunicações de 1500 euros.-----

----- Ao assumirem o Executivo de Arroios, a despesa de São Jorge de Arroios ainda estava a ser lançada no sistema, em novembro e pelo extrato bancário, não pelas faturas. -----

----- Tinha a consciência tranquila para dizer que se tinha havido um Executivo nesse mandato era porque tinha votado a favor. Não era filiado no PS e tinha a liberdade de consciência para poder votar, tendo votado a favor. Se a memória não lhe falhava, os Membros do PSD votaram contra e os Membros do PS abstiveram-se, sendo o seu voto que tinha dado um Executivo ao PSD e ao CDS. -----

----- Não estava a acusar nada, não sabia e cabia ao Tribunal provar. Também não era com base apenas no relatório de uma sociedade de ROCs que o Ministério Público iria decidir. Teria que haver investigação, assim como tinha havido uma inspeção do Instituto Geral de Finanças que estava em segredo de justiça. -----

----- Também tinham apurado muita coisa ao chegar, sem o Revisor Oficial de Contas. Faturas de despesas de milhares de euros não cabimentadas e uma série de outras coisas. Perguntou como era que se fazia a reconciliação bancária para fechar o mês sem extrato bancário. Eram formalismos técnicos que à partida não tinham importância nenhuma, mas tinham. -----

----- No seu caso não era uma motivação política. Tinham encontrado essas situações e cabia-lhes reportar essas situações, era o que estavam a fazer.-----

----- **O Vogal da Junta, João Veríssimo**, disse que quisera falar inicialmente com base naquilo que o Membro Nuno Pereira da Cruz referira, em que parecia de facto estar a acusar a Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios de algo que não acontecera. Entretanto tinha alterado um pouco o sentido daquilo que parecia ter dito. -----

----- Queria só relembrar que tinha sido não só através de um esforço do PS, como também do PCP e do BE, que depois de algum tempo de luta e de dúvidas, com os riscos inerentes à decisão, que se conseguira eleger um Executivo. Podiam não ter sequer elegido, mas achavam que era importante. -----

----- Tinham agido o mais depressa que podiam, a situação não era de todo fácil e já não tinha sido possível ir buscar, por exemplo, uma série de verbas para intervenções na Freguesia, verbas essas que acabaram por ter influência no orçamento que algumas Juntas com delegações de competências conseguiram ir buscar. Infelizmente, em São Jorge de Arroios tinham sido prejudicados por isso.-----

----- Toda a Assembleia, à exceção de um outro Membro dissonante, tinha tentado alterar a situação.-----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo** disse que, evidentemente, aquela auditoria nunca poderia concluir pela existência de crimes. Os Revisores Oficiais de Contas não tinham conhecimentos de direito penal e muito menos a função de declarar a existência ou não de determinados crimes. Isso caberia ao Ministério Público, que em função dos dados que lhe chegaram teria depois a tarefa de tipificar o tipo de crime e apresentar a prova, sendo depois o tribunal a decidir se haveria ou não crime.-----

----- Podiam concluir no sentido de haver irregularidades, bastava dizer que não tinham sido cumpridas as regras elementares de registo contabilístico. Em função disso, enquanto Membros do Executivo da Junta de Freguesia de Arroios, tinham o dever de denunciar essas irregularidades à entidade competente, que era o Ministério Público.---

----- Não estavam a julgar politicamente, não havia essa preocupação. Tinham apenas a preocupação de responder a um dever que a Lei impunha, de reportar irregularidades detetadas. Assim se tinha feito ao Ministério Público, que teria no âmbito das suas funções que levar o processo por diante. -----

----- **O Vogal da Junta, João Veríssimo**, comentou que no Executivo tinham questionado a razão de haver aquele raciocínio em 2013, mas havia algum tipo de anomalia ou de não arquivamento desse tipo de documentos. Se calhar iam aparecer, mas aparentemente aos Revisores não foram cedidos esses documentos. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau** referiu que do Orçamento da Junta de Arroios, que devia ser aplicado na Freguesia de Arroios como um todo, já se pagaram mais de 200 mil euros em dívidas de São Jorge de Arroios. Era dinheiro que não estava a ser aplicado na atual Freguesia de Arroios. -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, deu por encerrada a reunião, eram vinte e três horas e cinquenta minutos. -

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1°.SECRETÁRIO_____2°.SECRETÁRIO_____

----- O PRESIDENTE -----